



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE

Coordenadoria da Infância e Juventude



Relatório de Gestão **2014/2015**



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Coordenadoria da Infância e Juventude
Rua João Fernandes Vieira, 405, Boa Vista – Recife – PE
CEP: 50050-200
Fone (PABX): 81 3181.5937

Frederico Ricardo de Almeida Neves

Presidente

Leopoldo de Arruda Raposo

1º Vice-Presidente

Fernando Eduardo de Miranda Ferreira

2º Vice-Presidente

Eduardo Augusto Paurá Peres

Corregedor Geral

Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ

Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Coordenador

Carla de Fátima Fonseca Rodrigues Costa Malta

Coordenadora Adjunta

Núcleo de Apoio Administrativo

Márcia Uchôa Simões – Gerente

Alexandre Henrique Gomes da Silva

Núcleo de Apoio Jurídico

Maurilho Cavalcanti Alves – Gerente

Hélio Cavalcanti Siqueira Campos

**Núcleo Interprofissional de
Assessoria Especializada**

Paulo André Sousa Teixeira – Gerente

Cynthia Maurício Nery

**Núcleo de Assessoramento em
Planejamento e Gestão**

Gizely Bezerra de Couto Lima –
Gerente

Alcides Campelo de Albuquerque
Junior

Keilla Cristiane dos Reis

Maíra Pedreira Lapa Bautista

Núcleo de Apoio à CEJA

Andrhea Danyelly Melo Travasso

Daniel de Albuquerque Cunha

Linderfrance Jesus de Oliveira

Maria de Lourdes Alvares Costa

Mariana Marques da Hora

Maria Tereza Vieira de Figueirêdo

Priscila Andrade Oliveira Barcellos

Rênia de Mesquita Valadares –
Gerente

Núcleo de Arquivo

Maria Tereza Silgueiro – Gerente

Anélia Maria Barbosa Pessoa

**Núcleo de Assessoramento em
Tecnologia da Informação**

Sandra Helena Barbosa – Gerente

Luiz Carlos de Andrade

Simone Amaral Falcão

Central do Depoimento Acolhedor

Andréa França de Paiva

Arthur Oliveira Gamboa da Silva

Carmélia Mariana Cavalcanti Bastos

Maria Rosimery Medeiros de Lima



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Coordenadoria da Infância e Juventude
Rua João Fernandes Vieira, 405, Boa Vista – Recife – PE
CEP: 50050-200
Fone (PABX): 81 3181.5937

Concepção e Organização

Alcides Campelo de Albuquerque Junior

Elaboração

Alcides Campelo de Albuquerque Junior
Gizely Bezerra de Couto Lima
Keilla Cristiane dos Reis
Paulo André Sousa Teixeira

Colaboração

Núcleo de Apoio Administrativo
Núcleo de Apoio Jurídico
Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada
Núcleo de Arquivo
Núcleo de Assessoria em Planejamento e Gestão
Núcleo de Apoio à CEJA
Núcleo de Assessoramento em Tecnologia da Informação
Central do Depoimento Acolhedor

Revisão Final e Diagramação

Gizely Bezerra de Couto Lima

**Recife,
Fevereiro, 2016**

Sumário

Apresentação.....	Pág. 05
Lista de Siglas.....	06
Lista de Tabelas.....	09
Lista de Gráficos.....	11
Lista de Figuras.....	12
Metodologia.....	14
Parte I: Resultados.....	16
Eixo I: Ações desenvolvidas pela CIJ.....	18
01. Produção de Normativos.....	18
02. Elaboração de Pareceres Jurídicos e Atividades Correlatas.....	20
03. Assessoria Jurídica na Seleção de Agentes de Proteção da Infância e Juventude – Serviço de Voluntários.....	22
04. Lançamento da 2ª Edição do Livro: “Infância e Juventude – Modelos de Atos Judiciais e Peças Ministeriais”.....	22
05. Lançamento da 2ª Edição do Livro: “Infância E Juventude – Normas e Orientações Aplicáveis ao Cotidiano”.....	24
06. Publicação: “em acordo com a lei: teoria e prática dos processos de conhecimento”.....	25
07. Reorganização dos trabalhos e processos internos – modificações no COJE e ações decorrentes.....	26
08. Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente.....	27
09. Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada (PIIP).....	29
10. Acompanhamento dos Processos de Adoção Internacional.....	31
11. Capacitação de Operadores na Área da Infância e Juventude em Relação à Prevenção à Institucionalização Prolongada, Reinserção Familiar e Colocação em Família Substituta.....	34
12. Cartilha: habilitando os candidatos para adoção.....	34
13. Projeto Adoção e cidadania na escola.....	35
14. Exposição Itinerante da Infância e Juventude.....	37
15. Depoimento Acolhedor.....	39
16. Sei Quem Sou.....	45
17. Banco de dados sobre adoção no estado de Pernambuco – parceria com UNICAP.....	47
18. Conhecer Virtual.....	48
19. Projeto Conexões.....	50
20. Rede online da infância e juventude.....	50
21 Jornadas Pernambucanas dos direitos da infância e juventude.....	51

22. Manual de distribuição pessoal.....	54
23. Criação dos setores Cemando, Progeforo e Expedição no CICA.....	55
24. Produção de mapas sobre a estrutura judiciária e rede de proteção social.....	56
25. Fique por dentro – Clipping digital.....	57
26. Monitoramento das audiências concentradas do protetivo.....	57
27. Colaborações para aperfeiçoamento do sistema dos cadastros da infância e juventude do CNJ.....	59
28. Orientação e formação no uso dos cadastros da infância e juventude do CNJ.....	60
29. Participação no grupo de trabalho da copa do mundo – GTCM.....	61
30. Programa Acolher.....	66
31. Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados.....	70
32. Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude.....	72
33. Monitoramento das Ações de Atendimento ao Provimento CNJ N° 36/2014.....	73
34. Regionalização das Varas de Infância e Juventude.....	74
35. Realização do Evento “Júri Simulado: A Redução da Maioridade Penal no Banco dos Réus”	79
36. Levantamento de boas práticas da infância e juventude.....	83
37. Implantação da Justiça Restaurativa na infância e juventude.....	84
38. Circuitos da Infância e Juventude.....	88
39. Audiências concentradas no socioeducativo.....	88
40. Programa Jovem Aprendiz.....	90
Eixo II: Balanço das ações.....	91
1. Diretriz X Ações.....	91
2. Perfis das ações.....	95
2.1. Por área temática.....	96
2.2. Por estratégia de trabalho.....	101
3. Balanço.....	106
Parte II: Perspectivas de nova ações e Diretrizes para o biênio 2016/2017.....	110
Eixo I: Perspectivas de novas ações.....	112
Eixo II: Diretrizes.....	114
Considerações Finais.....	117
Anexos.....	118
I – Organograma da CIJ.....	118

Apresentação

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco torna público o documento “Relatório de Gestão 2014/2015”, cujo conteúdo apresenta os resultados do trabalho desenvolvido nesse período.

O documento está organizado em duas partes. A primeira apresenta o balanço das ações desenvolvidas, considerando os resultados apresentados e situação atual das ações ainda em execução. Na segunda, são indicadas as diretrizes perspectivas de novas ações estabelecidas para o biênio 2016/2017, com base no atendimento dos objetivos lançados para exercício da próxima gestão.

Lista de siglas

ABRAMINJ – Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

ADEPPE – Associação dos Delegados de Polícias do Estado de Pernambuco

ANGAAD – Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção

ANOREG – Associação de Notários e Registradores de Pernambuco

ASCOM – Assessoria de Comunicação

CDA – Central de Depoimento Acolhedor

CEJA – Comissão Estadual Judiciária de Adoção

CEMANDO – Central de Expedição de Mandados

CICA – Centro Integrado da Criança e do Adolescente

CIJ/TJPE – Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco

CGJ – Corregedoria Geral da Justiça

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNACL – Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei

CNCA – Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos

CNIUIS – Cadastro Nacional de Inspeções em unidades de Internação e Semiliberdade

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

COPLAN - Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREMEPE – Conselho Regional de Medicina de Pernambuco

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DEA – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

DIRIEST – Diretoria de Infraestrutura

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDR – Espaço de Diálogo e Restauração

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

FG – Faculdade Guararapes

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

GEAD – Grupo de Estudos de Apoio à Adoção

GTCM – Grupo de Trabalho para a elaboração e execução do Plano de Ação do TJPE para a Copa do Mundo da FIFA 2014

INDICA – Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente

JETEP – Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor

NAPC – Núcleo de Apoio ao trabalho de Apuração dos Processos de Conhecimento

NAPG – Núcleo de Assessoramento em Planejamento e Gestão

NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente

NIAE – Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada

NUDIJ – Núcleo de Proteção aos Direitos da Infância e Juventude

NUDCA – Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PJE – Processo Judicial Eletrônico

PF – Projeto Família

PPIP – Programa de Prevenção à institucionalização Prolongada

PROGEFORO – Protocolo Geral do Foro

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SERES – Secretaria

SETIC – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco

TJTO – Tribunal de Justiça de Tocantins

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UPE – Universidade do estado de Pernambuco

VCCCA – Varas de Crimes Contra Crianças e Adolescentes

VIJ – Vara da Infância e Juventude

VRIJ – Vara Regional da Infância e Juventude

Lista de tabelas

Número e título das Tabelas	Pág.
Tabela 01 – Produção de normativos no ano de 2014 e de 2015	19
Tabela 02 – Elaboração de parecer e ofícios	21
Tabela 03 – Ano da inclusão no projeto família	28
Tabela 04 – Ano do desligamento do projeto família	28
Tabela 05 – Motivos de desligamentos do projeto família realizados em 2014	28
Tabela 06 – Motivos de desligamentos do projeto família realizados em 2015	29
Tabela 07 – Desligamentos do PPIP	30
Tabela 08 – Convocações de pretendentes para adoção em 2014	31
Tabela 09 – Convocações para adoção internacional realizadas no ano de 2015	32
Tabela 10 – Adoções internacionais realizadas no ano de 2015	33
Tabela 11 – Treinamentos em Petrolina	40
Tabela 12 – Treinamentos em Caruaru	41
Tabela 13 – Números de processos digitalizados do Sei Quem Sou	46
Tabela 14 – Terceira Etapa do III Jornadas em números	52
Tabela 15 – IV Jornadas em números	53
Tabela 16 – Resultado dos Relatórios das Audiências Concentradas em 2015	58
Tabela 17 – Dados gerais do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014	61
Tabela 18 – Resultados do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014	62
Tabela 19 – Legado do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014	62
Tabela 20 – Dados sobre a participação nos seminários regionais do Acolher	67
Tabela 21 – Situação de instalação das Varas Regionais da Infância e Juventude	76
Tabela 22 – Ações correspondentes à primeira diretriz da gestão CIJ 2014/2015	91

Tabela 23 – Ações corresponde à segunda diretriz da gestão CIJ 2014/2015	92
Tabela 24 – Ações corresponde à terceira diretriz da gestão CIJ 2014/2015	93
Tabela 25 – Ações corresponde à quarta diretriz da gestão CIJ 2014/2015	94
Tabela 26 – Ações corresponde à quinta diretriz da gestão CIJ 2014/2015	95
Tabela 27 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à vida e à saúde	96
Tabela 28 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	96
Tabela 29 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à convivência familiar e comunitária	97
Tabela 30 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	98
Tabela 31 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho	98
Tabela 32 – Ações da CIJ correspondentes à prevenção contra a violação de direitos	98
Tabela 33 – Ações da CIJ correspondentes ao acesso à justiça	99
Tabela 34 – Concentração das ações da CIJ por área temática	100
Tabela 35 – Ações da CIJ e estratégia de trabalho correspondente	102
Tabela 36 – Concentração das ações da CIJ por estratégia de trabalho	105
Tabela 37 – Quadro geral da situação das ações desenvolvidas	106

Lista de Gráficos

Número e título dos gráficos	Pág.
Gráfico 01 – Número de audiências e escutas da Central de Depoimento Acolhedor – Recife (2010-2015)	40
Gráfico 02 – Encaminhamentos decorrentes das Audiências Concentradas	58
Gráfico 03 – Situação das ações desenvolvidas pela CIJ no biênio 2014/2015	109

Lista de figuras

Número e título das figuras	Pág.
Figura 01 – Mapa dos Tribunais de Justiça Premiados com o Selo da Infância do CNJ – UNICEF	17
Figura 02 – Entrega dos selos CNJ – UNICEF	18
Figura 03 – Capa do Livro “Infância e Juventude – Modelos de atos Judiciais e Peças Ministeriais”	23
Figura 04 – Capa do Livro “Infância e Juventude: normas e orientações aplicáveis ao cotidiano”	24
Figura 05 – Capa da Publicação “Em acordo com a Lei: Teoria e Prática dos Processos de Conhecimento”	26
Figura 06 – Capa da Cartilha: Habilitando os Candidatos para Adoção	35
Figura 07 – Cartaz da Exposição Itinerante	38
Figura 08 – Visitas técnicas de alunos de Instituições de Ensino superior a Central de Depoimento Acolhedor – CICA	41
Figura 09 – Participação no evento em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual, com parceiros da rede de proteção na Câmara Legislativa de São Lourenço da Mata	42
Figura 10 – Palestra para Conselheiros Tutelares, organizada pelos CREAS da Regional Metropolitana Sul e Norte de Pernambuco	42
Figura 11 – Treinamentos em Depoimento Acolhedor: planejamento e implementação de capacitações para equipes de Tribunais de Justiça de outros estados e servidores TJPE	43
Figura 12 – Visita da equipe TJTO à Central de Depoimento Acolhedor – CICA	43
Figura 13 – Trabalhos preventivos em parceria com a Unidade de Apoio Social da Prefeitura da Cidade do Recife	44
Figura 14 – Palestras em Escolas da Rede Municipal de Ensino da PCR direcionadas aos pais, responsáveis e cuidadores dos alunos	44
Figura 15 – Primeira interação entre pretendentes e adotandos pelo conhecer virtual	49
Figura 16 – Capa do Manual de distribuição processual	54
Figura 17 – Banner “O Judiciário na Copa” (disponível em português, inglês e espanhol)	63
Figura 18 – Reprodução da Cartilha dos direitos do passageiro do CNJ (disponível em português, inglês e espanhol)	63
Figura 19 – Capa do Folder do Judiciário na Copa (material bilíngue	64

elucidativo sobre as competências e locais dos serviços especializados)	
Figura 20 – Cartaz “O Judiciário na Copa” para veiculação no transporte público	64
Figura 21 – Reforma do Anexo do Fórum de São Lourenço da Mata	65
Figura 22 – Postos avançados do TJPE no Aeroporto Internacional dos Guararapes – Gilberto Freyre	65
Figura 23 – Capa da Cartilha do Programa Acolher	67
Figura 24 – Reunião de balanço das ações de 2014 do Comitê Gestor do Acolher	68
Figura 25 – Apresentação do Acolher para as profissionais Teletendentes do telefone 0800 da Secretaria da Mulher	69
Figura 26 – Apresentação do Programa Acolher em Santa Cruz do Capibaribe	69
Figura 27 – Público presente na apresentação do Acolher em Santa Cruz do Capibaribe	70
Figura 28 – Evento de instalação da Vara Regional da Infância e Juventude e da Vara da Fazenda Pública na comarca de Santa Cruz do Capibaribe no dia 27 de janeiro de 2016	77
Figura 29 – Evento de instalação da Vara Regional da Infância e Juventude na comarca de Goiana no dia 01 de fevereiro de 2016	78
Figura 30 – Cartaz do evento Júri Simulado	81
Figura 31 – Composição da mesa no Júri Simulado	81
Figura 32 – Composição dos jurados no Júri Simulado	82
Figura 33 – Visão do público no Júri Simulado	82
Figura 34 – Votação do público no Júri Simulado	83
Figura 35 – Planejamento do GT de Justiça Restaurativa	87
Figura 36 – Quadro com as estratégias de trabalho da CIJ	101

Metodologia

O presente Relatório de Gestão da Coordenadoria da Infância e Juventude apresenta os resultados que compreende o biênio 2014-2015.

O balanço das ações se pauta pelos aspectos quantitativos e qualitativos. A metodologia consistiu em coleta de dados das ações desenvolvidas nos núcleos¹, tomando como referência as atividades realizadas nos anos de 2014 e 2015, e quais as atividades e metas previstas para o próximo biênio 2016/2017.

Para a mensuração do aproveitamento das ações foi adotado os seguintes parâmetros: a) concluída; b) atrasada; c) suspensa; d) em execução; e) cancelada; f) não iniciada; g) não aplicável para o período; e h) ação contínua.

É importante ressaltar que tais parâmetros não servem apenas para visualizar de uma maneira geral o índice de aproveitamento das ações, mas também nortear a gestão para centrar esforços na correção do que não avançou no período, adotando novas estratégias de intervenção, caso necessário. O Planejamento Estratégico pressupõe dinamismo justamente para identificar em tempo os problemas existentes (seja ele interno ou externo) que estão criando óbices ao pleno desenvolvimento da tarefa. Ademais, algumas das ações ficaram estagnadas devido a fatores externos, os quais não há como interferir diretamente para a conclusão, o que implica dizer que nem toda ação inconclusa atem-se ao fato de que a CIJ não conseguiu finalizá-la. Nas situações em que dificuldades forem encontradas, será necessário identificar nos fatores que estão obstaculizando o seu andamento e apontar novos direcionamentos para o alcance das metas e objetivos.

Por fim, é válido salientar que a CIJ tem suas ações alinhadas aos princípios, diretrizes, objetivos e metas indicados no Planejamento Estratégico/ Plano Decenal do TJPE, inclusive realizando o realinhamento com o novo plano estratégico 2015-2022. A

¹ O instrumento utilizado para coleta dos dados em 2014 encontra-se disponível no anexo II. A coleta de dados das atividades no ano de 2015 foi realizado por formulário eletrônico do *google*, seguindo os mesmos parâmetros do que foi utilizado em 2014, porém com algumas pequenas modificações para adequar ao objetivo diferenciado (exemplo: indicação de metas para o biênio 2016/2017; acréscimo do item “atividades pendentes”).

estratégia de trabalho da CIJ está centrada, principalmente, no desenvolvimento e gestão organizacional; aperfeiçoamento da prestação jurisdicional; comunicação e articulação intra e extra-institucional; sistematização de conhecimentos e transferência de tecnologias. Portanto, o portfólio das ações aqui apresentadas visam o sucesso desses objetivos estratégicos adotados pelo TJPE.

Parte I

Resultados

A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) estabeleceu as seguintes diretrizes para o biênio 2014-2015:

- a) Dar continuidades as principais ações, programas e projetos;
- b) Fortalecer e apoiar a estruturação das Varas de Infância e Juventude;
- c) Realizar alterações no Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE) que permitiam melhorias da prestação jurisdicional e da organização dos trabalhos e processos internos concernentes à infância e juventude;
- d) Fomentar a criação de Corregedoria Auxiliar ou indicação de um juiz auxiliar, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), com fins administrativos e de acompanhamento intensivo dos interesses afetos à área da Infância e Juventude;
- e) Fortalecer vínculos com setores estratégicos do TJPE afins aos trabalhos da CIJ (Escola Judicial, Coordenação de Planejamento estratégico e Gestão/COPLAN, etc.).

Já no primeiro ano dessa gestão boa parte dessas diretrizes foi concretizada, e em 2015 algumas ações foram ampliadas, inclusive devido às observações apresentadas no Relatório Parcial de Gestão.

O bom trabalho desenvolvido na Coordenadoria tem ganhado destaque interna e externamente, desde o reconhecimento da importância da CIJ e as boas relações institucionais com setores internos do tribunal, o poder executivo, sistema de justiça e organizações não governamentais; bem como reconhecimentos do CNJ e UNICEF. A CIJ/TJPE destacou-se em relatório nacional promovido pelo Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude em parceria com a UNICEF, com o maior número de ações

desenvolvidas entre as 27 coordenadorias, além disso, dispõe de uma das melhores estruturas do país². O CNJ em parceria com a UNICEF lançou o “Selo CNJ Infância e Juventude”, como certificação da qualidade dos serviços atualmente prestados na área da Infância e Juventude pelas CIJ’s do país. A CIJ/TJPE foi uma das agraciadas dentre as 05 CIJ’s premiadas com o selo ouro. Reconhecimento este que engradece e valoriza o trabalho, motivando a equipe manter o bom nível de desenvolvimento de ações (em quantidade e qualidade) para que no próximo biênio se alcance novamente o Selo Ouro ou até mesmo o Selo Diamante – premiação máxima conferida as Coordenadorias.

As ações desenvolvidas e seus resultados podem ser conferidos neste Relatório a partir de então.

FIGURA 01 – Mapa dos Tribunais de Justiça Premiados com o Selo da Infância do CNJ – UNICEF



² A presente informação consta no documento “Coordenadorias de Infância e Juventude do País: uma breve análise situacional”, de 2014, iniciativa do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude e do Fundo das nações Unidas para a infância – UNICEF, elaborado pela Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA e o Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente – INDICA, financiado pelo UNICEF com apoio da Associação dos Magistrados da Infância e da Juventude – ABRAMINJ.

Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62160-presidente-do-cnj-entrega-selo-infancia-e-juventude-a-12-tribunais-de-justica>

FIGURA 02 – Entrega dos selos CNJ – UNICEF



Desembargador Luiz Carlos, coordenador da CIJ (segundo da direita à esquerda), recebendo a placa alusiva ao Selo Ouro, junto aos demais representantes das CIJ do país e o Presidente do CNJ Ricardo Lewandowski (centralizado).

Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62160-presidente-do-cnj-entrega-selo-infancia-e-juventude-a-12-tribunais-de-justica>

EIXO I

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CIJ

1. PRODUÇÃO DE NORMATIVOS

A CIJ tem como competência, dentre outras, elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do judiciário na área da infância e juventude e dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes interprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional. Isso requer, muitas vezes, a organização dos processos de trabalho, buscando garantir a uniformização dos procedimentos adotados pelas comarcas. A partir da produção de normativos, torna-se possível atingir esse objetivo. Por acompanhar as mudanças e a dinâmica da atividade judiciária, esses normativos

são produzidos, revisados e/ou alterados sistematicamente, sendo, portanto, uma *ação contínua*.

No ano de 2014 foram produzidos 05 (cinco) normativos, que tratam desde operacionalização dos casos de acolhimento de crianças e adolescentes a criação de Centrais de Depoimento Acolhedor. Foi produzida 01 (uma) Minuta de Provimento, 01 (uma) Instrução de Serviço Conjunta e 03 (três) Portarias, todas desenvolvidas no 2º semestre daquele ano.

E no ano de 2015 foram produzidos 07 (sete) normativos, dentre os assuntos podemos destacar as diretrizes e condições para a participação de servidores lotados nas Varas de Infância e Juventude do Estado do Pernambuco, sob incentivo do TJPE, em cursos e eventos científicos externos; dentre outros, a recomendação de procedimento a ser adotado no caso de entrega voluntária de infante pela genitora no âmbito das Varas da Infância e da Juventude (padronizando o atendimento do Mãe Legal e do Acolher). Com exceção de 02 (duas) Portarias todos os outros 05 (cinco) normativos foram produzidos no segundo semestre, seguindo a mesma tendência do ano de 2014 onde a produção dos normativos se concentraram nos últimos seis meses do ano.

Os dados podem ser conferidos na tabela a seguir.

TABELA 01 – Produção de normativos no ano de 2014 e 2015³

Produção de normativos 2014/2015	
Modalidade	Quantidade
Instrução de Serviço Conjunta	01
Minuta de Provimento	02
Portaria	06
Instrução Normativa	02
Emenda à Projeto de Lei Complementar	01
Total	12

³ Todas as informações contidas nas tabelas e gráficos, bem como as imagens doravante apresentadas são de arquivo próprio da CIJ. Dessa forma, para evitar a repetição da mesma informação na legenda “fonte” foi considerada mais adequada sua supressão, destacando apenas as poucas exceções.

Atividades em execução

- ✓ Elaboração de Convênio com a UPE/UFPE/FUNAI em referência ao indicado no provimento 36 do CNJ (art 1º, inciso IX), com o intuito de estabelecer parceria do TJPE com essas instituições para selecionar e credenciar antropólogos que possam intervir em feitos envolvendo crianças e adolescentes indígenas e quilombolas, em cumprimento ao disposto no art. 28, § 6º, inciso III, da Lei nº 8.069/90;
- ✓ Elaboração de Minuta de Termo de Cooperação Técnica com a CONDEPE/FIDEM para produção de mapas.

Atividades pendentes

- ✓ Entrega de documentação para formalização da parceria com o GEAD/ANGAAD para a colaboração na formação e orientação aos pretendentes à adoção:
 - Termo de referência técnica – GEAD/ANGAAD;
 - Edital de Chamamento público – GEAD/ANGAAD;
 - Convênio – GEAD/ANGAAD.

Atividades futuras

- ✓ Reforçar a necessidade de recebimento da documentação para dar prosseguimento à formalização da parceria.

Metas para 2016/2017

- ✓ Firmar parceria entre o TJPE e GEAD/ANGAAD.

2. ELABORAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS E ATIVIDADES CORRELATAS

Outra *ação contínua* demandada à assessoria jurídica é a elaboração de pareceres, bem como da produção de ofícios importantes para o subsídio técnico de magistrados e servidores.

Em 2014 foram produzidos 03 (três) pareceres e 02 (dois) ofícios de grande relevância técnica. Um dos ofícios (circular) continha orientação aos magistrados acerca do encaminhamento de adolescentes para o cumprimento das medidas

socioeducativas de internação e semiliberdade, o outro foi direcionado à Corregedoria Nacional de Justiça, contendo contribuições para Provimento do CNJ sobre a gestão dos dados dos pretendentes e das crianças e adolescentes no Cadastro Nacional de Adoção – CNA. É importante frisar que a CIJ corriqueiramente envia contribuições ao CNJ no que tange os Cadastros Nacionais, demonstrando sua postura proativa à melhoria da prestação jurisdicional.

No segundo ano de gestão a produtividade foi maior, ao todo foram elaborados 28 (vinte e oito) ofícios, 07 (sete) ofícios circulares e 11 (onze) pareceres.

Entre os ofícios circulares destaca-se o que encaminhou aos magistrados competentes em matéria de infância e juventude a Portaria 003/2016, da CIJ, a qual tem por objeto a regulamentação do procedimento legal do Programa Acolher, quanto a entrega voluntária da criança pela genitora, logo após o parto, bem como regulamentar, em caráter de excepcionalidade, o acolhimento de infante por pretendente à adoção, devidamente avaliado, habilitado e cadastrado na comarca em que esta sendo processado o feito, enquanto aguarda a sentença de trânsito em julgado da adoção.

Já em relação aos pareceres, em sua maioria, atêm-se a demandas dos magistrados em questões de dúvidas de competência ou de formas apropriadas de aplicabilidade de serviços direcionados ao público infanto-juvenil.

Podemos conferir os dados atinentes à produção dos documentos supramencionados a seguir:

TABELA 02 – Elaboração de pareceres e ofícios

Elaboração de pareceres e ofícios			
Ano	Parecer	Ofício	Quantidade
2014	03	02	05
2015	11	35	46
Total	14	37	51

Atividades em execução

- ✓ Parecer - "Carta Rogatória - Tradutor Juramentado";
- ✓ Parecer - "Portaria de Viagens Internacionais na Comarca de Jaboaão dos Guararapes".

Observação:

Sem indicação de atividades futuras e pendentes, e metas, pois é motivado conforme as demandas são apresentadas.

3. ASSESSORIA JURÍDICA NA SELEÇÃO DE AGENTES DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – SERVIÇO DE VOLUNTÁRIOS

O Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolve trabalho com voluntários em várias áreas, na infância e juventude o trabalho desempenhado por voluntários diz respeito à fiscalização do cumprimento e da prevenção à violação dos direitos. Os “Agentes de Proteção – voluntário credenciado” auxiliam a equipe técnica do Núcleo de Proteção aos Direitos da Infância e juventude – NUDIJ a realizar visita a academias, estádios, ginásios e campos desportivos, bailes e promoções dançantes, estabelecimentos comerciais de diversão eletrônica, estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão, além de entorno de escolas. E demais locais onde houver a comercialização de bebida alcoólica.

A CIJ, com a colaboração da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição e da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, traçou os parâmetros para a seleção desses agentes, aperfeiçoando os métodos anteriores de contratação do serviço, com critérios mais condizentes com o grau de responsabilidade.

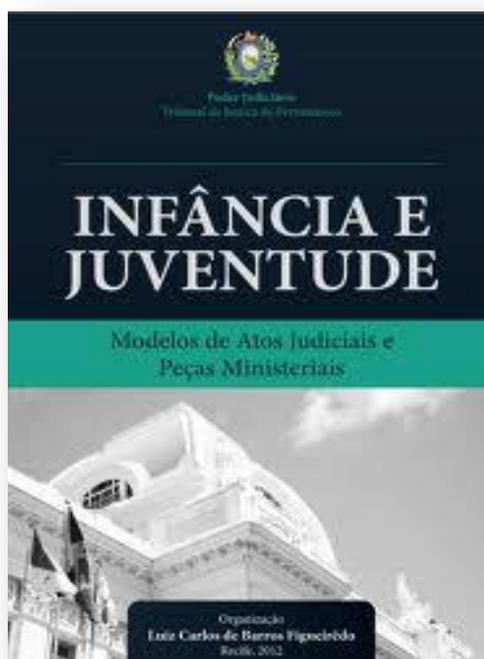
A elaboração dos normativos ficou sob a responsabilidade da CIJ. No primeiro semestre de 2014 foi publicado o Ato nº 001/2014, que dispõe sobre as diretrizes para adesão ao serviço voluntário para atuar nas Varas Regionais da Infância e Juventude. A homologação do resultado da seleção foi divulgada ainda no primeiro semestre, mas a homologação do quantitativo dos Agentes de Proteção – Voluntários Credenciados das VRIJ da 1ª e 6ª Circunscrições ficou para o segundo semestre. A fiscalização no período da copa foi intensificada com a advida dos voluntários. A assessoria se encerrou em 2014, ficando a cargo dos setores responsáveis pela convocação dos voluntários de acordo com a demanda das Varas.

4. LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO DO LIVRO: “INFÂNCIA E JUVENTUDE – MODELOS DE ATOS JUDICIAIS E PEÇAS MINISTERIAIS”

No ano de 2012 a Coordenadoria da Infância e Juventude publicou o livro “Infância e Juventude – modelos de atos judiciais e peças ministeriais”, no intuito de facilitar as atividades dos juízes, promotores e servidores que atuam na Justiça da Infância e Juventude, especialmente daqueles que não trabalham em varas privativas.

A segunda edição desse livro estava prevista para o primeiro semestre de 2014, mas a ação não foi concluída no tempo previsto. No primeiro semestre do ano de 2014 ocorreu a inserção dos modelos do Programa Acolher, bem como a inclusão de modelos de acordo com a Lei do SINASE, além de adição de doutrina e jurisprudência específicas de cada capítulo, e no semestre seguinte se deu início o que seria a etapa da revisão final do livro. Como não pôde ser finalizada no ano de 2014, tampouco 2015, a expectativa é uma nova revisão ampla dos conteúdos.

FIGURA 03 – Capa do Livro “Infância e Juventude – Modelos de atos Judiciais e Peças Ministeriais”



Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Consulta aos magistrados auxiliares da CIJ na colaboração da revisão dos modelos de atos judiciais.

Metas para 2016/2017

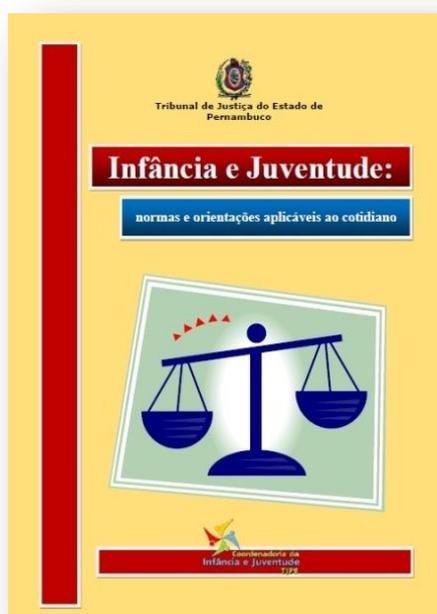
- ✓ Publicação da 2ª edição do Livro na versão impressa e digital.

5. LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO DO LIVRO: “INFÂNCIA E JUVENTUDE – NORMAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS AO COTIDIANO”

Com a intenção de facilitar o acesso ao público, magistrados e servidores à consulta de legislação específica referente à Infância e Juventude, a CIJ disponibiliza tais informações *online*, agrupadas em um índice remissivo, por matéria, na página virtual da CIJ.

Trata-se de *ação contínua* da CIJ, pois semestralmente o documento é atualizado. Está disponível na seção da infância e juventude do site do TJPE. A perspectiva era de veiculação de edição impressa em 2015, mas pela dinâmica da atualização do conteúdo do documento e por contenção de custos se tornou inviável. Contudo, o documento continua disponível no site do TJPE para consulta, cumprindo assim sua função.

FIGURA 04 – Capa do Livro “Infância e Juventude: normas e orientações aplicáveis ao cotidiano”



Atividades em execução

- ✓ Realização de consultas periódicas para manutenção da atualização do conteúdo do livro.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Aguardar informações sobre a publicação de novas legislações da Infância e Juventude, por parte do Núcleo Jurídico da CIJ, para atualização periódica desse material;
- ✓ Realizar consultas periódicas para manutenção da atualização do conteúdo do livro.

Metas para 2016/2017

- ✓ Realizar a atualização completa do material uma vez ao ano.

6. PUBLICAÇÃO: “EM ACORDO COM A LEI: TEORIA E PRÁTICA DOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO”

A CIJ, através do Núcleo de Comunicação, em parceria com o Núcleo de Apoio aos Processos de Conhecimento (NAPC), vinculado às 3ª e 4ª Vara da Infância e Juventude de Recife, produziu o documento “*Em acordo com a Lei: teoria e prática dos processos de conhecimento*”. Trata-se de um documento diversificado em sua abordagem, contendo entrevistas, resenhas, elucidação da prática, sendo assim importante instrumento para divulgação e aprofundamento na discussão sobre o processo de conhecimento nos casos em que o adolescente comete um ato infracional. A ação foi *concluída* no segundo semestre de 2014.

FIGURA 05 – Capa da Publicação “Em acordo com a Lei: Teoria e Prática dos Processos de Conhecimento”



7. REORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E PROCESSOS INTERNOS – MODIFICAÇÕES NO COJE E AÇÕES DECORRENTES

No intuito de realizar a melhoria da prestação jurisdicional e da organização dos trabalhos e processos internos concernentes à infância e juventude, a CIJ elaborou propostas de modificações no Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE). Essa ação corresponde a uma das diretrizes dessa gestão para o biênio 2014-2015, conforme menção anterior no início desta Parte I.

O detalhamento dessa ação pode ser explicitado da seguinte forma:

- Regionalização da operacionalização do Cadastro Nacional de Adoção;
- Ampliação das competências estabelecidas às Varas Regionais de Infância e Juventude para abranger, também, situações que compreendam os casos de adoção pelo CNA;
- Vinculação da CEJA à Presidência do Tribunal e incorporação de Núcleo interprofissional na CIJ que assessore à CEJA.
- Mudança no processo de escolha da administração do CICA, antes vinculado a(o) Juiz(a) Titular 1ª Vara, agora é por indicação do Presidente.

O processo de mudança se iniciou no final do ano de 2014, quando foram aprovadas as alterações no COJE sugeridas pelas CIJ, através da Lei Complementar Estadual (LCE) Nº 252, de 11 de dezembro de 2013.

O Núcleo de Apoio Jurídico após as modificações do COJE prestou assessoria jurídica à presidência na formulação de normativos que adequassem às estruturas e processos internos dentro dessa nova realidade, bem como criou normativos de orientações da CIJ às Varas.

No Relatório de Gestão 2012-2013 (p.13) indicava-se que a CIJ estava passando por uma fase de transição, e que seu desfecho viria com a modificação da Resolução Nº 302, de 10 de novembro de 2010, do TJPE. Inclusive, alguns núcleos teriam suas nomenclaturas e atribuições reformuladas, condizente com suas reais demandas e processos de trabalho, além da criação do Núcleo de Apoio à CEJA. É possível conferir as mudanças de nomes dos núcleos e do organograma da CIJ no Anexo I deste Relatório.

A Resolução Nº 363, de 25 de fevereiro de 2014, redefiniu a composição e atribuições da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/PE, que passa a integrar os Órgãos de Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, recebendo apoio técnico-administrativo da Coordenadoria da Infância e Juventude. E a Resolução Nº 364, de 25 de fevereiro de 2014, alterou a Resolução Nº 302/2010, indicando as mudanças na estrutura da CIJ já aludidas.

Além dessas Resoluções, foram elaborados outros documentos, destacam-se os seguintes:

a) Ofício Circular Nº 19/2014, encaminha aos magistrados o documento intitulado “Orientações para Cumprimento da Lei Complementar Estadual Nº 252/2013”;

b) Portaria nº 002/2014 da CIJ - Dispõe sobre a orientação dos juízos da infância e juventude acerca da remessa de documentos para cadastramento de crianças e adolescentes no CNA pelas Varas Regionais da Infância e Juventude.

8. PROJETO FAMÍLIA: UM DIREITO DE TODA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Esse projeto foi desenvolvido desde 2008, pelo Núcleo de Apoio à Ceja, e tem como objetivo precípua assegurar a dignidade, a cidadania e o direito à convivência

familiar a crianças e adolescentes disponíveis para adoção (com sentença de destituição do poder familiar transitada em julgado), com elevada faixa etária, seja grupo de irmãos, ou que apresente problemas de saúde e que se encontram nas instituições de acolhimento, sem nenhuma perspectiva de adoção.

A efetivação do *Projeto família: um direito de toda criança e adolescente* é feita por meio da apresentação aos representantes de organismos estrangeiros, credenciados pela Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), do perfil de crianças e adolescentes de difícil colocação, disponíveis para adoção internacional.

Esses representantes verificarão entre os pretendentes residentes e domiciliados no exterior, por eles representados, possíveis candidatos para o perfil de criança/adolescente apresentado.

Os dados do projeto no biênio estão descritos nas tabelas logo abaixo.

Tabela 03 – Ano da inclusão no projeto família

Ano da Inclusão no Projeto	Criança/adolescente
2014	45
2015	40
Total (2014-2015)	85

Tabela 04 – Ano do desligamento do projeto família

Ano do Desligamento do Projeto	Criança/adolescente
2014	28
2015	33
Total (2014-2015)	61

Tabela 05 – Motivos de desligamentos do projeto família realizados em 2014

Motivos de desligamentos realizados em 2014	Criança/adolescente
Adoção nacional	07
Fora do Perfil	01
Guarda	03
Maioridade	11
Óbito	01
Tutela	05

Total	28
--------------	-----------

Tabela 06 – Motivos de desligamentos do projeto família realizados em 2015

Motivos de desligamentos realizados em 2015	Criança/adolescente
Adoção internacional	11
Adoção nacional	01
Evasão	01
Guarda	03
Maioridade	16
Óbito	01
Total	33

Atividades em execução

- ✓ Atividades essenciais ao projeto: monitoramento do CNA para verificação de casos de crianças/adolescentes disponíveis para adoção; inclusão de novas crianças/adolescentes sem pretendentes nacionais; busca de pretendentes à adoção internacional junto aos representantes dos Organismos credenciados.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Reorganização das ações do Projeto, tendo em vista a inserção da adoção internacional no CNA (Cadastro Nacional de Adoção).

Metas para 2016/2017

- ✓ Apresentar os novos direcionamentos até o 2º semestre de 2016.

9. PROJETO PREVENÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA (PIIP)

Desenvolvido desde 2006, pelo Núcleo de Apoio à Ceja, o Projeto de Prevenção à institucionalização prolongada tem por objetivo o acompanhamento de crianças e adolescentes, os quais se encontram em instituições de acolhimento, assim como subsidiar Juízes e Promotores de Justiça das Comarcas do Estado de Pernambuco com dados acerca dos acolhidos nessas instituições, em vista a promover uma maior

celeridade na tramitação de feitos processuais referentes à infância e juventude (medida de proteção, destituição do poder familiar, adoção).

Nesse projeto, também se visa possibilitar que crianças e adolescentes tenham assegurado o direito constitucional ao convívio familiar, seja por reintegração à família natural ou extensa, seja por inserção em família substituta.

Esse acompanhamento é feito por meio da análise dos relatórios encaminhados para Ceja pelas instituições de acolhimento, contato com seus dirigentes e sua Equipe Técnica, com Juízes e Promotores das Comarcas pernambucanas, por meio de consulta ao Judwin, ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Logo adiante alguns dados sobre o PPIP.

TABELA 07 – Desligamentos do PPIP

DESLIGAMENTOS DO PPIP			
Motivo	Ano		Total motivo de desligamento no biênio
	2014	2015	
Adoção Internacional	00	11	11
Adoção Nacional	72	40	112
Evasão	02	02	04
Fora do perfil	05	05	10
Guarda	38	19	57
Maioridade	18	15	33
Óbito	01	01	02
Retorno familiar	77	51	128
Tutela	07	00	07
Outros	00	01	01
Total Geral	220	145	365

Abertura de procedimentos novos:

2014 – 82 procedimentos para acompanhar 177 crianças/adolescentes

2015 – 80 procedimentos para acompanhar 155 crianças/adolescentes

Atividades em execução

- ✓ Abertura e acompanhamento de procedimentos de crianças/adolescentes
acompanhamento de crianças /adolescentes acolhidos no Estado de PE
acompanhamento CNA e do CNCA.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Continuidade das atividades em execução.

Metas 2016/2017

- ✓ Sem metas indicadas.

10. ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Atribuição desenvolvida pelo Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (CEJA/PE), cujos resultados obtidos no biênio 2014/2015 podem ser conferidos nas tabelas abaixo.

TABELA 08 – Convocações de pretendentes para adoção em 2014

Certificados de Continuidade Emitidos em 2014					
Data*	País Ratificante	Comarcas	Nº de Criança/ Adolescente	Sexo	Idade
01/08	Espanha	Santa Cruz do Capibaribe	01	M	17
05/11	França	Camaraçibe	01	M	07

14/11	Itália	São Lourenço da Mata	03	F/ F/ M	05/ 06/ 10
05/12	Itália	Bezerros	02	M/M	08/06
05/12	Itália	Bezerros	03	M/F/M	05/05/10
Total	03 países	04 comarcas	10 (09 crianças e 01 adolescente)	07 masculinos e 03 femininos	Média de 08 anos de idade

*Data do certificado de continuidade

Cinco convocações para adoção internacional (referentes a nove crianças e um adolescente) foram emitidas em 2014, contudo, as dez adoções, apenas, foram efetivadas no ano de 2015.

TABELA 09 – Convocações para adoção internacional realizadas no ano de 2015

Certificados de Continuidade Emitidos em 2015					
Data*	País Ratificante	Comarcas	Nº de Criança/ Adolescente	Sexo	Idade
08/06	Itália	Caruaru	02	F/M	07/09
29/09	França	Palmares	02	M/M	08/09
08/10	Itália	Arcoverde	01	F	08
08/10	Itália	Arcoverde	02	F/F	10/11
16/11	Itália	Paulista	01	M	06
16/11	Itália	Paulista	02	M/M	05/08
16/11	Itália	Paulista	02	M/M	02/11
Total	02 países	04 comarcas	12 crianças	08 masculinos e 04 femininos	Média de 08 anos de idade

*Data do certificado de continuidade

- Total de Certificados de Continuidade emitidos: 07
- Foi emitido um Certificado de Continuidade a título de correção do nome do pretendente

Sete convocações para adoção internacional (referentes a doze crianças) foram emitidas em 2015, contudo, somente sete adoções foram efetivadas no ano de 2015, restando cinco adoções a serem concretizadas no ano seguinte.

TABELA 10 – Adoções internacionais realizadas no ano de 2015

Certificados de Continuidade Emitidos em 2015					
Data*	País Ratificante	Comarcas	Nº de Criança/ Adolescente	Sexo	Idade
28/03	França	Camaragibe	01	M	08
12/03	Itália	Bezerros	03	F/F/M	05/05/10
12/03	Itália	Bezerros	02	M/M	06/8
25/03	Itália	São Lourenço da Mata	03	F/F/M	05/07/10
18/08	Itália	Caruaru	02	F/M	07/9
27/08	Espanha	Santa Cruz do Capibaribe	01	M	17
	França	Palmares	02	M/M	08/09
	Itália	Arcoverde	01	F	08
	Itália	Arcoverde	02	F/F	10/11
Total	03 países	07 comarcas	17 (16 crianças e 01 adolescente)	09 masculinos e 08 femininos	Média de 08 anos de idade

*Data do certificado de continuidade

- Total de Certificados de Conformidades emitidos: 17

Observação:

Sem indicação de atividade futuras e pendentes, e metas, pois é motivado conforme as demandas são apresentadas.

11. CAPACITAÇÃO DE OPERADORES NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM RELAÇÃO À PREVENÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA, REINSERÇÃO FAMILIAR E COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA

O projeto destina-se a capacitar Juízes de Direito, técnicos e servidores que atuam em Secretarias das Varas com competência na área da Infância e Juventude e, preferencialmente, extensivo aos Promotores de Justiça, servidores do Ministério Público, Defensores Públicos, profissionais das Instituições de Acolhimento, Conselheiros de Direito e Tutelares.

O objetivo é assegurar os direitos da Criança e do Adolescente, previstos na Constituição Federal, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e, especialmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

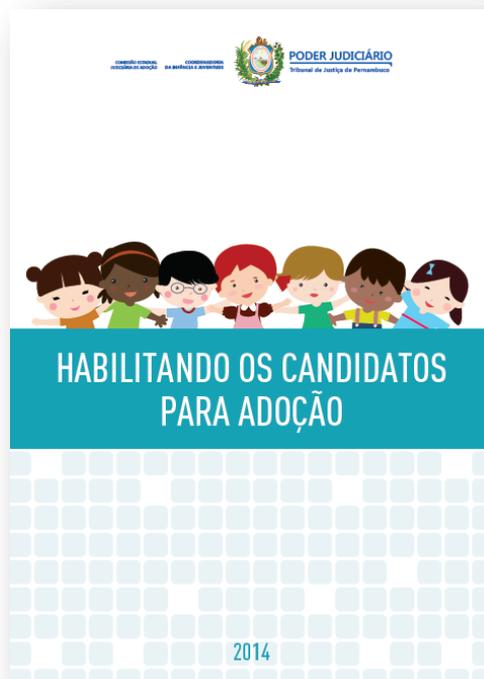
A metodologia adotada parte para discutir as causas e consequências do acolhimento prolongado mediante a apresentação de textos de casos concretos (reais ou simulados), distinguindo-se por fases a participação dos diversos atores envolvidos (conselheiros tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário de Pernambuco).

12. CARTILHA: HABILITANDO OS CANDIDATOS PARA ADOÇÃO

Em 2014, o Núcleo de apoio à CEJA elaborou a cartilha “Habilitando os Candidatos para Adoção”, no intuito de facilitar a compreensão das exigências e fluxos necessários para se habilitar enquanto candidato adoção.

O texto destaca os documentos necessários; trâmite do processo; a base legal da tramitação do processo; informações sobre o curso de preparação de pretendentes, como os objetivos, organização e execução; por fim, informa sobre a sentença de habilitação e apresenta o fluxo processual.

FIGURA 06 – Capa da Cartilha: Habilitando os Candidatos para Adoção



13. PROJETO ADOÇÃO E CIDADANIA NA ESCOLA

Desenvolvido desde 2010, pelo Núcleo de Apoio à CEJA, esse projeto tem por escopo promover uma maior aproximação do Poder Judiciário junto à sociedade e contribuir para que educadores, pais e alunos se familiarizem com os conhecimentos jurídicos básicos relacionados aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com ênfase ao direito à convivência familiar e comunitária, além de desmistificar, reconstruir e ampliar os conceitos acerca do que define uma família e como ela pode ser construída.

A intenção é contribuir na transmissão dessas interpretações para a criação de uma sociedade fundada em valores de respeito e tolerância, na qual o espaço para preconceitos e discriminações será, ao menos, minimizado.

Em parceria com o Grupo de Estudo e Apoio a Adoção – GEAD/Recife, os Poderes Judiciário e Executivo juntam esforços no sentido de possibilitar que as informações seguras sobre o processo adotivo e a importância do direito à convivência familiar e comunitária cheguem a um maior número de pessoas.

Faz parte do processo de execução do projeto as seguintes atividades:

- Preparar e capacitar os coordenadores e professores da área educacional para trabalharem e divulgarem os conteúdos do tema da adoção e seus corretos procedimentos, desenvolvendo competências para lidarem com o assunto numa situação fática.
- Refletir sobre adoção como processo de construção de afeto, com as famílias das escolas;
- Desenvolver atividades com os alunos, através dos professores, sobre a temática da adoção, utilizando-se da ferramenta da cartilha Adoção em Quadrinhos, lançada pela CEJA-PE, em 2010, bem como de uma nova cartilha elaborada pela CEJA/PE, denominada: Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Atitude Adotiva, a qual enfatiza o direito fundamental à convivência familiar e desmistifica a família adotiva;
- Despertar o interesse dos alunos através de jogos interativos sobre o tema, na versão *on-line*, vinculando-o na *internet* (página da CEJA, no *website* do TJPE) como também distribuir, nas salas de aula, jogos na versão física (jogo da memória; dominó, quebra-cabeça, perguntas e respostas).

Em 2015 a equipe do Núcleo de Apoio à CEJA participou de reunião com GEAD; reunião com Secretaria Estadual de Educação; realizou Oficinas nas escolas; mudança de servidora representante do convênio nº 019/2011 da Secretaria Estadual de Educação.

Atividades em execução

- ✓ Renovação do Convênio de nº 019/2011, referente ao Projeto Adoção e Cidadania na Escola, firmado com a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção (GEAD) por mais dois anos. No momento o processo encontra-se no setor jurídico da Secretaria de Administração, conforme protocolo 1066832015.

Atividades pendentes

- ✓ Realização de Oficina / fase de agendamento e organização junto ao GEAD e a Secretaria de Educação (Gerência de políticas educacionais em educação inclusiva, direitos humanos e cidadania).

Atividades futuras

- ✓ Capacitar 30 professores do Ensino Médio de quinze escolas públicas estaduais através da realização de oficina no ano de 2016, sendo 15 no primeiro e 15 no segundo semestre;
- ✓ Capacitar 30 professores do Ensino Médio de quinze escolas públicas estaduais através da realização de oficina no ano de 2017, sendo 15 no primeiro e 15 no segundo semestre;
- ✓ Renovar o convênio por mais dois anos – 2017/2º semestre.

Metas para 2016/2017

- ✓ Expansão das oficinas para as Escolas de todo o estado de Pernambuco até segundo semestre de 2017.

14. EXPOSIÇÃO ITINERANTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Projeto tem por finalidade montar uma Exposição Itinerante que se configure como um espaço pedagógico para reflexão crítica acerca da história da infância e juventude, promovendo os direitos da criança e do adolescente.

A expectativa era de que no segundo semestre de 2014 a Exposição já estivesse em fase de execução. Contudo, a ação está *em atraso* devido a fatores externos. As atividades preparatórias foram todas concluídas, a execução depende de subvenção. O Investimento total do projeto é da ordem de R\$ 248.938,00, do qual o TJPE investiu R\$26.400,00 na concepção do projeto e submeteu a patrocínio privado os demais custos.

Para tanto, o Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada (NIAE) organizou relação de instituições que financiam projetos sociais e elaborou cronograma de reuniões em 2015 para apresentação do projeto com o intuito de captação de recursos. No segundo semestre de 2015 o Projeto foi submetido à Edital de Seleção de Projetos do Banco do Brasil: “Programa Banco do Brasil de Patrocínios”. O resultado da primeira etapa está previsto para janeiro de 2016. Caso ocorra a aprovação do Projeto o segundo momento é a “Fase de habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista”, ultrapassado esta entra a “Fase de Negociação”, onde as partes entrarão em acordo das cotas de patrocínio e das contrapartidas. Por fim, ainda há a “Fase de Homologação” por parte de Comitê do banco aludido. Após todas essas etapas e fases

é que o projeto poderá ser contratado. Se contratado a expectativa é que ainda no primeiro semestre a exposição tenha início.

FIGURA 07 – Cartaz da Exposição Itinerante



Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Levantamento e organização dos documentos exigidos no edital de Seleção de Projetos do Banco do Brasil (atividade a ser executada em parceria com a Consultoria Jurídica e o Núcleo de Apoio Jurídico da CIJ).

Atividades futuras

- ✓ A depender da aprovação do Projeto na 1ª fase (habilitação) da Seleção de Projetos do Banco do Brasil, apresentação da documentação prevista em edital.

Metas para 2016/2017

- ✓ Realização exposição pelos Fóruns do Recife e principais comarcas de Pernambuco.

15. DEPOIMENTO ACOLHEDOR

O trabalho desenvolvido pela Central de Depoimento Acolhedor em Recife está consolidado, a perspectiva para ampliação do serviço a outras comarcas no ano de 2014 se concretizou com a instalação da sala de Camaragibe e de Petrolina, e em 2015 o serviço foi implantado na comarca de Caruaru.

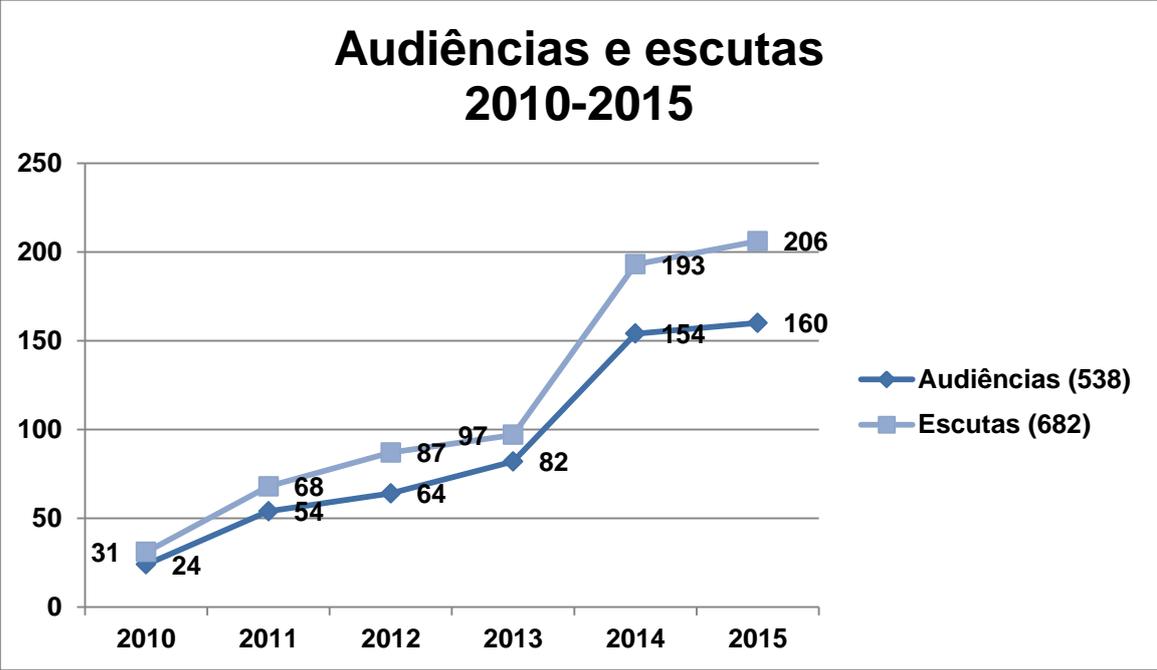
Outra ação importante é o projeto “**Depoimento Acolhedor Itinerante**”, a ideia, já experimentada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, requer a aquisição de ônibus equipado e adaptado para o funcionamento do serviço. O TJPE, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), adquiriu ônibus, através do Termo de Cessão de Uso nº 049/2015, o qual será adaptado para implantação do Projeto Depoimento Acolhedor Itinerante. O início do serviço depende agora da transformação/adaptação do veículo.

No tocante a realização do serviço em Recife, através da Central de Depoimento Acolhedor, em 2014 foi realizada o total de 154 audiências e 193 escutas, enquanto no ano de 2015 o número de audiências foi de 160 e escutas 206. O que se percebe é que a cada ano cresce o número de escutas e audiências, com a maior curva observada entre os anos de 2013 e 2014, onde o aumento foi significativo: acréscimo de 88% no número de audiências e de 99% no número de escutas. Os dados comparados do ano de 2015 com o de 2014 percebe a manutenção de um número elevado, porém com um leve acréscimo dos números totais: 04% a mais de audiências e 07% de escutas. O número total de audiências realizadas no biênio 2014/2015 foi de 314 e de escutas de 399.

A equipe da Central identifica a ampliação da demanda, entre os anos 2013 para 2014, relacionada ao Curso ofertado a magistrados e promotores, o que resultou numa sensibilização e maior divulgação do trabalho desenvolvido.

O Gráfico abaixo demonstra a evolução da demanda desde maio de 2010.

GRÁFICO 01 – Número de audiências e escutas da Central de Depoimento Acolhedor – Recife (2010-2015)



Em relação aos treinamentos para servidores para atuação como entrevistadores do Depoimento Acolhedor, foram realizados cursos para Petrolina e Caruaru no ano de 2015. Foram treinados 55 servidores e 76 magistrados. As duas tabelas a seguir apresentam as atividades formativas realizadas nessas duas comarcas.

TABELA 11 – Treinamentos em Petrolina

Petrolina	
Atividade	Data
Treinamento em Técnica de Entrevista Investigativa – 1ª etapa (revisão da técnica para uma parte da turma que fez o curso de Escuta Especial em 2011 e aprendizagem da referida técnica para os novatos)	11 e 12/03/15
Habilitação em Infraestrutura de Gravação de Depoimentos	23 e 24/03/15
Treinamento em Técnica de Entrevista Investigativa – 2ª etapa (Feedback e Supervisão das entrevistas gravadas pelos cursistas,	13/04/15

como atividade necessária à conclusão do curso)	
Primeira audiência realizada monitorada pela CDA Recife (aplicabilidade da técnica de coleta de testemunho)	14/04/15

TABELA 12 – Treinamentos em Caruaru

Caruaru	
Atividade	Data
Treinamento em Técnica de Entrevista Investigativa – 1ª etapa (revisão da técnica para uma parte da turma que fez o curso de Escuta Especial em 2011 e aprendizagem da referida técnica para os novatos)	18 e 19/03/15
Treinamento em Técnica de Entrevista Investigativa – 2ª etapa (Feedback e Supervisão das entrevistas gravadas pelos cursistas, como atividade necessária à conclusão do curso)	24/04/15

A Central de Depoimento Acolhedor do TJPE é referência no assunto, por isso tem por atividade contínua participação em eventos alusivos ao combate da exploração sexual, proferir palestras e realizar treinamentos. Adiante podemos visualizar algumas imagens de participação da equipe CDA – Recife em treinamentos, eventos preventivos em parceria com a Prefeitura do Recife, dentre outros.

FIGURA 08 – Visitas técnicas de alunos de Instituições de Ensino superior a Central de Depoimento Acolhedor – CICA



FIGURA 09 – Participação no evento em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual, com parceiros da rede de proteção na Câmara Legislativa de São Lourenço da Mata



FIGURA 10 – Palestra para Conselheiros Tutelares, organizada pelos CREAS da Regional Metropolitana Sul e Norte de Pernambuco



FIGURA 11 – Treinamentos em Depoimento Acolhedor: planejamento e implementação de capacitações para equipes de Tribunais de Justiças de outros estados e servidores TJPE



FIGURA 12 – Visita da equipe TJTO à Central de Depoimento Acolhedor – CICA



FIGURA 13 – Trabalhos preventivos em parceria com a Unidade de Apoio Social da Prefeitura da Cidade do Recife



FIGURA 14 – Palestras em Escolas da Rede Municipal de Ensino da PCR direcionadas aos pais, responsáveis e cuidadores dos alunos



Atividades em execução

- ✓ Realização das Audiências Especiais com as escutas das vítimas ou testemunhas de violência nas Centrais de Depoimento Acolhedor de Recife e Região Metropolitana (Camaragibe);

- ✓ Encaminhamento das partes processuais (vítimas e familiares) a programas de saúde e assistência social, quando avaliada a necessidade;
- ✓ Reuniões de Supervisão: avaliações individuais e em grupo das escutas realizadas, quanto à aplicabilidade da Técnica de Coleta de Testemunho nas entrevistas das vítimas ou testemunhas, objetivando um atendimento qualitativo, humanizado e acolhedor do público atendido; Ações de divulgação da metodologia do Depoimento Acolhedor do TJPE;
- ✓ Trabalhos preventivos em relação à violência sexual em parceria com a Prefeitura do Recife, com os pais ou responsáveis dos alunos da rede municipal.

Atividades pendentes

- ✓ Conclusão do processo de licitação para a transformação/adaptação do ônibus do Depoimento Acolhedor Itinerante.

Atividades futuras

- ✓ Continuidade das ações sistemáticas em relação à aplicabilidade do Protocolo da técnica de coleta de testemunho nas entrevistas realizadas nas Centrais de Depoimento Acolhedor, pela equipe de entrevistadores;
- ✓ Implantação das Reuniões de Supervisão pela equipe de entrevistadores da CDA-Caruaru;
- ✓ Monitorar a compra do mobiliário específico que falta para a Central de Caruaru;
- ✓ Capacitação dos servidores na metodologia do Depoimento Acolhedor (Técnica de Entrevista Investigativa) que atuarão como entrevistadores nas Escutas Especiais realizadas através do serviço “Depoimento Acolhedor Itinerante”.

Metas para 2016/2017

- ✓ Concluir o processo de licitação para adaptação do ônibus itinerante e, após isso, iniciar os serviços do mesmo.
- ✓ Iniciar o serviço de Depoimento Acolhedor Itinerante.

16. SEI QUEM SOU

O “Sei Quem Sou” é o projeto de digitalização de processos de adoção e correlatos, teve início em agosto de 2010. O Projeto permite de forma mais ágil a consulta pelos adotados sobre suas respectivas histórias. O acesso à justiça é

facilitado através da disponibilização, por meio eletrônico, dos autos dos processos que envolvam ação de adoção e correlatos transitados em julgados a partir de 1990, superando, assim, as exigências do Estatuto da Criança e Adolescente, que se restringe à digitalização dos processos julgados e transitados a partir da promulgação da Lei Federal 12.010/09.

Em 2014 a CIJ enviou Ofício Circular a todas as comarcas do estado informando sobre a importância e necessidade de continuidade da digitalização dos processos e inclusão no JUDWIN. Além de orientar como realizar os procedimentos necessários, a CIJ se colocou à disposição para receber os processos para as devidas providências do processo de digitalização. Além dessa ação, foi realizado o levantamento dos processos referentes às classes 1401, 1412, 1426, que estavam em grau de recurso e foram remetidos indevidamente ao TJPE, em vez de serem remetidos ao Arquivo do CICA.

Em 2015 foi realizado levantamento de processos antigos da 1ª Vara, pertencentes às classes de adoção e seus correlatos; cadastramento de processos antigos no Judwin, para transferência da sua competência à 2ª Vara.

Além das ações descritas acima por ano tem por ação os procedimentos ordinários: higienização, digitalização, carga e arquivamento de processos oriundos da capital, região metropolitana e interior do estado. Na tabela abaixo os números do Sei Quem Sou:

TABELA 13 – Números de processos digitalizados do Sei Quem Sou

Número de Processos digitalizados		
Ano	Recife	Região Metropolitana Recife e interior
2014	4.901	10.418
2015	448	371
Total	5.349	10.789

Atividades em execução

- ✓ Levantamento de processos antigos da 1ª Vara, pertencentes às classes de adoção e seus correlatos;

- ✓ Cadastramento de processos antigos no Judwin, para transferência da sua competência à 2ª Vara;
- ✓ Digitalização e carga de processos antigos no Judwin, cujo ano seja superior a 1990;
- ✓ Higienização, digitalização, carga e arquivamento de processos oriundos da capital, região metropolitana e interior de PE.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes

Atividades futuras

- ✓ Mesma relação de atividades em execução.

Metas para 2016/2017

- ✓ Sem metas indicadas.

17. BANCO DE DADOS SOBRE ADOÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO – PARCERIA COM UNICAP

O interesse em produzir conhecimento e pesquisa no âmbito das atividades jurisdicionais também é foco de atenção da CIJ. A partir das ações de digitalização e arquivamento dos processos relativos ao *Sei quem Sou*, surgiu a ideia de realizar um levantamento de diversas variáveis de processos de adoção, visando produzir um banco de dados sobre a situação da Adoção no Estado de Pernambuco, realizadas a partir de 1990. A proposta envolveu a realização de parceria entre a CIJ e a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, com convênio formalizado por Termo de Cooperação Técnica, para fins de desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa teve início no segundo semestre de 2014. Em 2015 o projeto deu continuidade com a coleta de dados realizada pela equipe da UNICAP, por meio de pesquisa *in locu*, tendo como base os processos de adoção e correlatos, sob a guarda do Arquivo do CICA.

Atividades em execução

- ✓ Processo de coleta de dados.

Atividades pendentes

- ✓ Conclusão da coleta de dados.

Atividades futuras

- ✓ Compilação das informações coletadas para criação do banco de dados.

Metas para 2016/2017

- ✓ Sem metas indicadas.

18. CONHECER VIRTUAL

O objetivo desse projeto é contribuir para uma maior possibilidade de inserção de crianças/adolescentes, que não puderam permanecer com suas famílias natural ou extensa, em família substituta, a partir do contato inicial feito através do uso de recursos tecnológicos aplicados à realização de comunicação por vídeo e voz, aproximando, assim, pretendentes e adotandos de regiões distantes, antes do estágio de convivência.

A equipe da instituição de acolhimento repassará informações importantes sobre a criança/adolescente e orientará os adotantes como também os pretendentes e adotandos darão início a construção de vínculos afetivos.

Antes do TJPE projetos semelhantes são executados no Paraná e na Bahia, os quais serviram de referência. Nesses dois estados a videoconferência é usada exclusivamente para adoção internacional, a perspectiva da CIJ é expandir o uso desse serviço para casos, também, de adoção nacional.

O Projeto segue o mesmo roteiro de instalação das Centrais do Depoimento Acolhedor, uma vez que aproveita o mesmo espaço físico e equipamentos.

Em 2014 o projeto teve início de sua execução com o apoio da SETIC, que adquiriu um software de videoconferência passível de compartilhamento com outros usuários buscando qualidade e sigilo (*Microsoft Lync*). No ano de 2015 foi realizado a instalação dos equipamentos necessários nas salas do depoimento acolhedor de Recife, Caruaru e Petrolina; Capacitação da equipe da CEJA; Treinamento dos servidores de Recife e Região Metropolitana; Divulgação do projeto; Treinamento dos servidores de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Petrolina.

A primeira reunião virtual foi realizada na sala de Depoimento Acolhedor de Recife, no dia 07 de dezembro de 2015. Nessa primeira atividade estavam presentes

cinco irmãos, com idade entre dois e onze anos, da Comarca de Paulista, e três casais de italianos, residentes no país de origem.

FIGURA 15 – Primeira interação entre pretendentes e adotandos pelo conhecer virtual



Foto: Alesson Freitas | Agência Rodrigo Moreira para ASCOM TJPE

Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Realização de encontros virtuais entre pretendentes e adotandos de comarcas distantes.

Metas para 2016/2017

- ✓ Realização de encontros virtuais entre pretendentes e adotandos de comarcas distantes.

19. PROJETO CONEXÕES

O projeto Conexões teve início em maio de 2012 com o intuito de complementar a formação permanente dos servidores e magistrados, principalmente aqueles que trabalham em/com equipes interprofissionais da infância e juventude.

O projeto desenvolveu em 2013 inúmeras ações importantes, como realização de minicursos e elaboração de coletânea pedagógica. Concomitante ao envio desta coletânea foi enviado fichas de avaliação para que as equipes interprofissionais pudessem expressar suas opiniões e sugestões, com a intenção de aperfeiçoar uma possível segunda edição da coletânea. A previsão era de que a partir de junho de 2014 o projeto fosse retomado a partir de um novo plano de ação e realização de minicursos. No entanto, no biênio 2014-2015 a ação esteve *suspensa*, e por enquanto sem previsão de retomada.

20. REDE ONLINE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A CIJ promove assistência às equipes técnicas sempre que requerida ou em ações coordenadas na região metropolitana e interior do Estado a partir de estudos prévios. No entanto, ainda não dispunha de algum projeto direcionado para uma assessoria de caráter permanente e interação entre as equipes interprofissionais da infância e juventude.

A “Rede online da infância e juventude” consiste numa ferramenta estratégica para prestação de assessoria técnica e formação continuada às equipes interprofissionais da infância e juventude, das equipes das Varas de Família, e de Varas de Violência Contra a Mulher, de todo Estado, bem como possibilita o intercâmbio de informações entre essas equipes.

A princípio o projeto estava destinado somente às equipes da infância e juventude, mas foi visto a necessidade de interação com temáticas as quais as Varas de Família e de Violência Contra a Mulher. A interação se dá a partir de e-mail compartilhado específico (niae.cij@tjpe.jus.br), através do qual são compartilhadas as informações e aberto o canal de diálogos. O projeto contou ainda com a parceria do Centro de Apoio Psicossocial – CAP, setor do TJPE que presta serviços de estudos psicológicos e sociais às Varas de Família de Recife. Nesse sentido, os debates eram

mediados ora pela equipa da CIJ, ora pela equipe do CAP, a depender da especialidade requerida pela temática em discussão.

Os **temas** debatidos no ano de 2015:

1º semestre:

- Equipe Inteprofissional;
- Adoção;
- Adolescente em Conflito com a Lei;
- Guarda Compartilhada;
- Acolhimento Institucional.

2º semestre:

- Guarda;
- Alienação Parental;
- Destituição do Poder Familiar;
- Paternidade Socioafetiva.

Atividades em execução

- ✓ Compartilhamento de textos e realização dos debates.

Atividades pendentes

- ✓ Avaliação anual dos temas discutidos e do formato proposto.

Atividades futuras

- ✓ Definição de novos temas para discussão/aprofundamento.

Metas para 2016/2017

- ✓ Realização de encontros presenciais com as equipes interprofissionais de todo o estado.

21. JORNADAS PERNAMBUCANAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Jornadas Pernambucanas tem por objetivo oportunizar a formação continuada e aperfeiçoamento do trabalho de magistrados e servidores na área da infância e juventude, criando espaços para troca de conhecimento e aprofundamento sobre

temas diversos. É uma *ação contínua* da CIJ, os temas são definidos a partir de inovações nas leis infanto-juvenis e/ou necessidades de capacitação ampla em transferência de tecnologia aos magistrados e servidores.

Em 2013 foi iniciada a III edição, a qual foi desenvolvida duas etapas com temas distintos. A primeira etapa destinada aos magistrados abordou as inovações da Lei 12.594/2014 (SINASE), enquanto a segunda etapa treinou servidores de todo o Estado nos cadastros informatizados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (CNA, CNCA e CNAACL).

No primeiro semestre de 2014 o Jornadas Pernambucanas voltou a debater o SINASE, finalizando assim a III edição. Essa terceira etapa teve como público alvo chefes de secretaria ou assessores de Magistrados e foi disponibilizada uma vaga por comarca. Foram capacitados ao todo 147 servidores, o que representa 98% da meta planejada. Marca registrada do Jornadas, os cursos sempre atendem a interiorização, nesse Jornadas os cursos foram realizados nas cidades de Garanhuns, Gravatá, Serra Talhada, Recife e Caruaru. Vejamos alguns números sobre o treinamento referente a 2014:

TABELA 14 – Terceira Etapa do III Jornadas em números

Números do III Jornadas – Terceira Etapa
05 Turmas: Garanhuns, Gravatá, Serra talhada, Recife e Caruaru;
147 servidores capacitados;
04 instrutores;
04 coordenadores de curso;
01 coordenação pedagógica.

Já no segundo semestre de 2014, em sua IV edição, o Jornadas Pernambucanas se ocupou de solucionar um problema latente no sistema judiciário no que tange à adoção: a realização do curso de Pretendentes à Adoção que deve preceder o cadastro do mesmo no CNA.

Para tanto, o curso foi pensado em uma proposta diferente do que acontece convencionalmente, com público alvo diversificado: pretendentes à adoção, magistrados, servidores das equipes técnicas, promotores de justiça, defensores

públicos, conselheiros tutelares e dirigentes de casa de acolhida. A intenção de colocar todos os atores do processo de adoção juntos foi a de intensificar o diálogo entre os mesmos e sensibilizar a todos que a agilidade no processo tem a única intenção de proteger a criança ou adolescente que será adotado, dando a esta pessoa a oportunidade de ser incorporada em uma família, minimizando assim os danos de uma institucionalização prolongada. Nesse modelo foram treinadas aproximadamente 300 pessoas, distribuídas nas três turmas em Recife, Caruaru e Serra Talhada.

TABELA 15 – IV Jornadas em números

Números do IV Jornadas
03 Turmas: Recife, Serra talhada e Caruaru;
300 pessoas participantes;
12 instrutores;
08 coordenadores de curso;
01 coordenação pedagógica.

No ano de 2015, em continuidade à execução do cronograma previsto para o Projeto durante o período da gestão, foi realizada a sua V edição, com a abordagem do tema “O Juiz e a Infância e Juventude: Aspectos Legais e Procedimentais do Protetivo e Socioeducativo”. O curso de aperfeiçoamento oportunizou a formação de 150 magistrados, permitindo a abertura de mais um espaço para troca de experiências e aprofundamento do conhecimento na matéria de infância e juventude.

Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Eleição de tema para o VI Jornadas;
- ✓ Construir o Plano de Ação do VI Jornadas;
- ✓ Realizar o VI Jornadas destinado aos magistrados e servidores.

Metas para 2016/2017

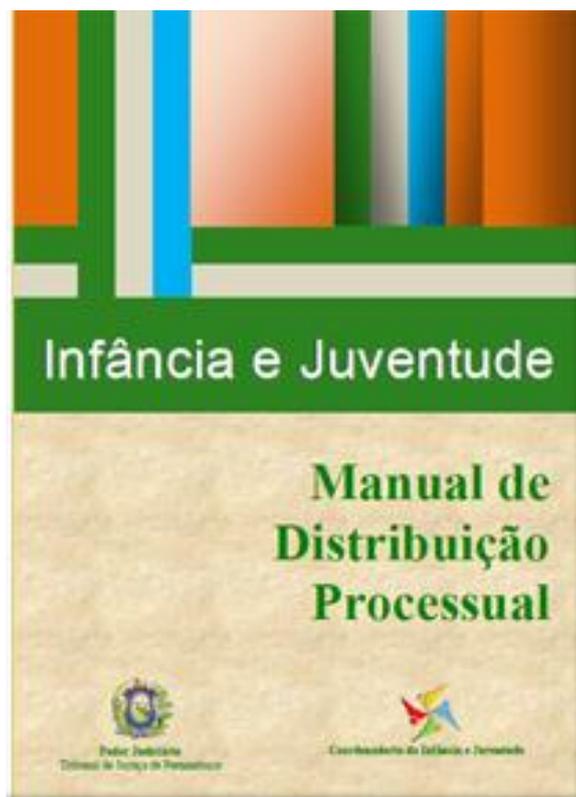
- ✓ Sem metas indicadas.

22. MANUAL DE DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

O documento apresenta os principais conceitos sobre distribuição processual, as regras a serem seguidas, o modo como esse processo se operacionaliza no sistema Judwin e como é feita a distribuição das principais ações afetas ao direito de crianças e adolescentes.

A atividade foi executada e concluída em 2013 e já se encontra disponível uma versão digital no site do TJPE. No ano de 2014 estava prevista a sua disponibilização em forma física. No primeiro semestre do ano essa etapa foi concluída, e a CIJ recebeu 500 exemplares para distribuição entre juízes da capital, das Varas da Infância e Juventude e SGP.

FIGURA 16 – Capa do Manual de distribuição processual



Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Agendar reunião com a SGP para definir as regras de inclusão do módulo de Distribuição Processual nos treinamentos de integração de novos servidores.

Atividades futuras

- ✓ Sem atividades futuras.

Metas para 2016/2017

- ✓ Sem metas indicadas.

23. CRIAÇÃO DOS SETORES CEMANDO, PROGEFORO E EXPEDIÇÃO NO CICA

Essa ação consiste em melhor organização da gestão judiciária através da estruturação de setores importantes, como sala para a Central de Expedição de Mandados – CEMANDO, um Protocolo Geral – PROGEFORO e uma Central de Expedição e Recebimento de Correspondências no CICA, abrangendo as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VIJ, a Vara Regional da primeira Circunscrição Judiciária e as 1ª e 2ª Vara de Crimes contra Criança e Adolescentes da Capital.

O início dessa ação foi em novembro de 2013 com previsão de conclusão em dezembro de 2014. No primeiro semestre de 2014 os trâmites sobre os *layouts* foram concluídos. Ainda faltam as reformas das salas e aquisição dos equipamentos necessários, bem como nomeação ou relocação de servidores para os setores.

O início dessa ação foi em novembro de 2013 com previsão de conclusão em dezembro de 2014. No primeiro semestre de 2014 os trâmites sobre os *layouts* foram concluídos. As reformas das salas que abrigarão o PROGEFORO e Central de Expedição do CICA foram concluídas em 2015, na pendência apenas da sala para a CEMANDO. Embora ocorrido à reforma das salas o mobiliário necessário não foi instalado, tampouco houve a alocação de servidores para os referidos setores. Por essas razões a atividade encontra-se *suspensa* até a resolução dos entraves mencionados.

Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Iniciar a reforma da sala que abrigará a CEMANDO;
- ✓ Nomeação de servidores para atuar nesses novos setores.

Atividades futuras

- ✓ Sem atividades previstas além das pendentes.

Metas para 2016/2017

- ✓ Sem metas indicadas.

24. PRODUÇÃO DE MAPAS SOBRE A ESTRUTURA JUDICIÁRIA E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Essa ação teve início em 2012 com a produção de mapas identificando os serviços de acolhimento do Estado e as unidades de acolhimento na prestação de medida socioeducativa em meio fechado e as Varas Regionais instaladas. A partir dessa produção inicial a equipe do Núcleo de Assessoramento em Planejamento e Gestão (NAPG) elaborou proposta para a produção de material cartográfico mais amplo, com produção de mapas desde a divisão regional do TJPE a identificações de inúmeros serviços do executivo importantes no cotidiano de trabalho dos profissionais.

A CIJ estabeleceu parceria com a CONDEPE/FIDEM para a produção dessa cartografia, em que alguns mapas já foram desenvolvidos (divisão regional do TJPE e identificação das VIJ's), com a pendência de mapas que identifiquem a rede de proteção social.

Todavia, a atividade esteve *suspensa* no ano de 2014, devido ao desenvolvimento de outras ações mais importantes no mesmo período – a participação do NAPG na coordenação das ações do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo. Em 2015 o avanço foi mínimo, teve início a construção de minuta do Termo de Cooperação Técnica entre as instituições, porém ainda não foi concluída essa etapa. Sob a perspectiva da execução do planejamento, a atividade está *atrasada*.

Atividades em execução

- ✓ Redação da minuta do Termo de Cooperação Técnica.

Atividades pendentes

- ✓ Concluir o Termo de Cooperação Técnica.

Atividades futuras

- ✓ Reformular o Plano de Ação com os novos prazos;
- ✓ Formalizar a parceria com a CONDEPE/FIDEM.

Metas para 2016/2017

- ✓ Publicar a Cartografia.

25. FIQUE POR DENTRO – CLIPPING DIGITAL

Trata-se da sistematização de informações no formato de *clipping* digital, a partir de pesquisa online, que reúne reportagens locais, regionais e nacionais ligadas à infância e juventude. O serviço funciona desde março de 2012 e se configura em uma *ação contínua* da CIJ e é realizada diariamente (de segunda a sexta), com o envio de no mínimo uma matéria por dia, podendo atingir duas ou mais, dependendo da disponibilidade de conteúdos nos portais de notícias da internet.

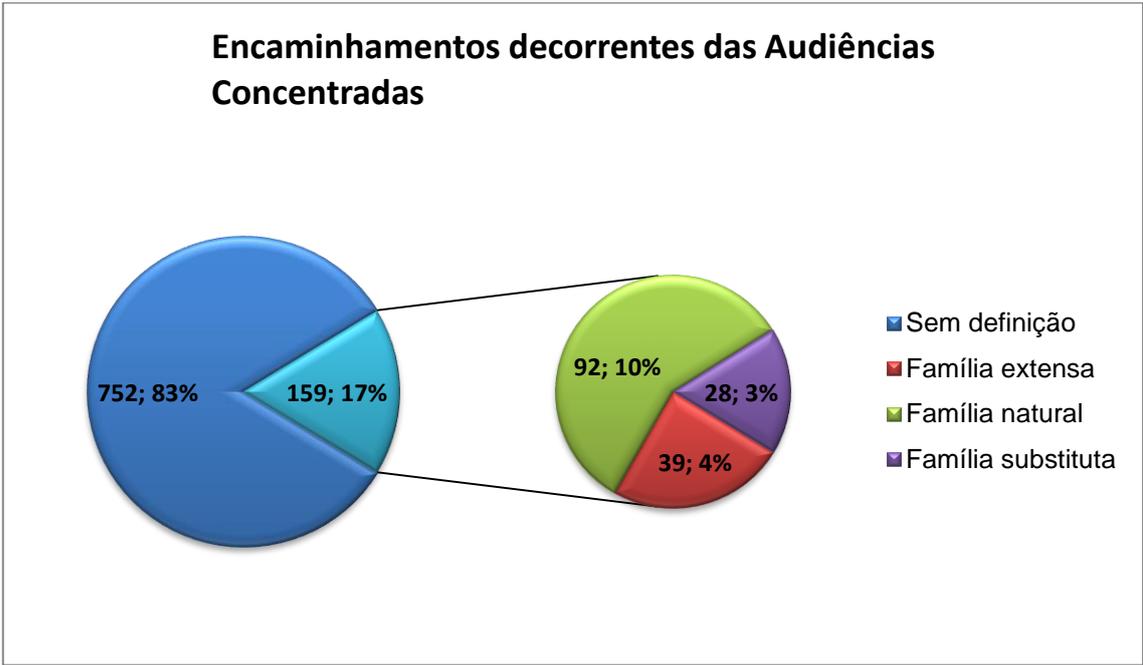
As reportagens são enviadas via e-mail a diversos setores/agentes ligados diretamente ou indiretamente à infância e juventude, dentro e fora do TJPE, tais como: CICA, CEJA, Núcleos das Varas da Infância e Juventude da Capital, Juízes, Varas Especializadas, Conselhos tutelares, Coordenadorias de todo o país e a rede de proteção à criança e ao adolescente.

26. MONITORAMENTO DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS DO PROTETIVO

O monitoramento das audiências concentradas acompanha o calendário de sua realização pelas comarcas o que, por recomendação do CNJ, deve ocorrer pelo menos uma vez por semestre.

No ano de 2014 foram realizadas 437 audiências. O relatório do CNCA aponta 911 crianças e adolescentes cadastrados no início das audiências concentradas. Deste quantitativo, 92 foram reintegrados à família natural, 39 reintegrados à família extensa e 28 à família substituta. O gráfico abaixo ilustra a informação:

GRÁFICO 02 – Encaminhamentos decorrentes das Audiências Concentradas



A partir dos resultados, pôde-se vislumbrar de maneira mais geral, um panorama da situação do acolhimento institucional no território do estado.

No ano de 2015 as ações de acompanhamento dos resultados das audiências de forma sistemática foram prejudicadas pelo grande volume de atividades desenvolvidas pela Coordenadoria. A conclusão do levantamento e apuração dos dados se deu no início de fevereiro. Logo adiante a tabela apresenta o resultado das audiências concentradas no ano de 2015 por semestre.

TABELA 16 – Resultado dos Relatórios das Audiências Concentradas em 2015

Resultado dos Relatórios das Audiências Concentradas em 2015 (1º e 2º Semestres)		
Pergunta	1º	2º
Total real de acolhidos no início da realização das audiências	665	635
Total de acolhidos por decisão e processo que tramita em comarca diversa da comarca da entidade	177	142
Total real de acolhidos remanescentes após o término das audiências	575	578
Total de acolhidos remanescentes com genitores falecidos ou desconhecidos	68	30
Total de acolhidos remanescentes com consentimento ou a pedido dos genitores para colocação em família substituta	13	02
Total de audiências realizadas	291	245
	55	28
Total de reintegrados à família extensa	28	23

Total de reintegrados à família substituta	06	06
Total de acolhidos remanescentes há mais de dois anos ininterruptamente	146	152
Total de acolhidos remanescentes há mais de seis meses sem ação de destituição do poder familiar ajuizada	98	120
Total de acolhidos remanescentes há mais de seis meses com ação de destituição do poder familiar em andamento	154	171
Total de infantes que atualmente se encontram evadidos da entidade em obra ainda constem como acolhidos aguardando retorno	125	131
Total de acolhidos no momento da geração do relatório	1290	1290

Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Sistematização dos resultados das audiências concentradas de 2015.

Atividades futuras

- ✓ Acompanhar os resultados das audiências concentradas por semestre;
- ✓ Elaborar campanha de sensibilização para a realização das audiências concentradas, com a parceria da ASCOM.

Metas para 2016/2017

- ✓ Reduzir em, no mínimo, 80% os casos de equívoco no preenchimento do relatório eletrônico do CNCA;
- ✓ Ampliar a realização das audiências concentradas nas comarcas, incentivando as que ainda possuem dificuldade em adotar a prática;
- ✓ Elevar o número de crianças e adolescentes atendidos pelas audiências concentradas.

27. COLABORAÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DOS CADASTROS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CNJ

A Coordenadoria da Infância e Juventude acompanha os Cadastros do CNJ para a infância e juventude, desde possíveis inconsistências à promoção de cursos para os servidores. No ano de 2014 foi enviado ofício ao CNJ indicando alguns problemas no

sistema (CNA e CNCA), envio de ofício circular sobre definição de equipe responsável por alimentar os cadastros.

Atividades em execução

- ✓ Levantamentos para identificar inconsistências nos cadastros;
- ✓ Atendimento das demandas solicitadas pela CEJA, no que diz respeito às adoções internacionais.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Homologação dos sistemas, sempre que ocorre uma atualização/correção de inconsistências, por parte do CNJ.

Metas para 2016/2017

- ✓ Corrigir todas as inconsistências identificadas no sistema.

28. ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO NO USO DOS CADASTROS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CNJ

Além de gerenciar o uso dos cadastros a nível estadual e colaborar com o aperfeiçoamento do sistema dos cadastros do CNJ a equipe da CIJ presta orientações às comarcas sempre que demandada, por contato telefônico, correio eletrônico ou ofícios circulares.

No ano de 2015 a formação no uso dos cadastros passou a ser um curso específico a ser ofertado anualmente, integrando como mais uma atividade do plano de formação da CIJ. Antes essa demanda era suprida aproveitando a estrutura do “Jornadas pernambucanas”. A orientação para a formação anual dos cadastros encontra-se no art. 8º da Resolução 188/2014 do CNJ.

O curso atendeu a servidores lotados na capital, região metropolitana e interior do Estado de PE, totalizando 151 comarcas atendidas e 185 servidores capacitados em todos os Cadastros da Infância e Juventude do CNJ.

Atividades em execução

- ✓ Esclarecimento de dúvidas sobre os sistemas, por e-mail, contato telefônico, Ofício Circular etc, aos servidores e magistrados da Infância e Juventude.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Realizar os próximos cursos;
- ✓ Publicação/atualização do manual de treinamento dos cadastros no site do TJPE;
- ✓ Elaboração/atualização de manual de treinamento, assim como dos guias práticos de utilização dos sistemas.

Metas para 2016/2017

- ✓ Alcançar número maior de servidores.

29. PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO DA COPA DO MUNDO – GTCM

A CIJ em conjunto com outros setores do TJPE coordenou o Grupo de Trabalho da Copa do Mundo – GTCM 2014. As ações do GTCM do início de 2014 até outubro do mesmo ano foi ação prioritária da CIJ. As linhas de ação foram desde a elaboração do Plano de Ações; reuniões de monitoramento e coordenação da equipe de apoio ao planejamento; atividades de vistoria e estruturação dos serviços especializados; articulações intra e interinstitucionais; produção dos materiais de divulgação; atração, seleção de pessoal e treinamento; suporte logístico aos plantões; e, por fim, balanço das ações, produção de relatório e premiação de todos os envolvidos ao sucesso do trabalho. A ação foi concluída com êxito. Eis alguns dados sobre o GTCM:

TABELA 17 – Dados gerais do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014

DADOS GERAIS
Participação de mais de 450 magistrados e servidores envolvidos;
Elaboração de mais de 30 documentos jurídicos;
Total de 105 plantões estendidos, realizados durante os jogos da Seleção Brasileira de

Futebol, nas **15** comarcas sedes de plantão;

Mais de **1.000 horas** de plantão judiciário no Juizado Especial Cível e no Posto Avançado da Infância e Juventude do Aeroporto Internacional dos Guararapes;

Confecção de **16.326** peças de divulgação;

Realização de **parcerias** com EMPETUR, Consórcio Grande Recife, Prefeitura do Recife e outras entidades para a distribuição de todo material;

Participação na construção do “Fluxo de Proteção a Crianças e Adolescentes em megaeventos” junto com Comitê de Proteção Integral à Criança e Adolescente em Pernambuco;

TABELA 18 – Resultados do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014

RESULTADOS

41% de acordos realizados no Juizado Especial Cível do Aeroporto;

302 autorizações de viagens expedidas;

Mais de **300** ocorrências recebidas nos plantões estendidos

TABELA 19 – Legado do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014

LEGADO

Aquisição do espaço para funcionamento do Juizado do Torcedor na Arena Pernambuco;

Instalação da **3ª Vara Cível** (dedicada à infância e juventude) no Anexo do Fórum de São Lourenço da Mata;

Aquisição do espaço e estruturação do Juizado Especial Cível no Aeroporto;

Melhoria da estrutura de atendimento do Posto Avançado da Infância e Juventude.

Alguns dos materiais produzidos:

FIGURA 19 – Capa do Folder do Judiciário na Copa (material bilíngue elucidativo sobre as competências e locais dos serviços especializados)

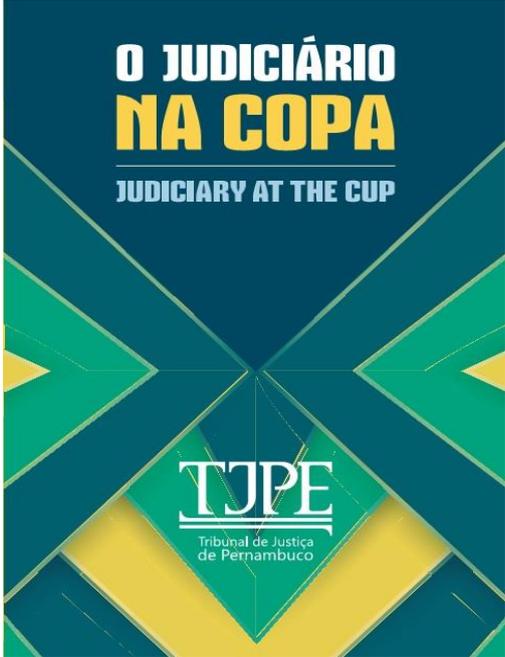


FIGURA 20 – Cartaz “O Judiciário na Copa” para veiculação no transporte público



Os postos avançados da Copa:

FIGURA 21 – Reforma do Anexo do Fórum de São Lourenço da Mata



FIGURA 22 – Postos avançados do TJPE no Aeroporto Internacional dos Guararapes – Gilberto Freyre



30. PROGRAMA ACOLHER

O Programa Acolher teve suas ações iniciadas em 2011, com o intuito de expandir serviços de atendimento a mulheres com interesse na entrega de sua criança para adoção no interior do Estado, visando à melhoria da prestação jurisdicional nesse âmbito, em cumprimento às determinações da lei 12.010/09. Portanto, esta ação tem caráter *contínuo*.

O seu objetivo principal é garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças em situação de vulnerabilidade psicossocial, buscando evitar práticas de abandono, entrega informal e adoção ilegal de crianças nas Comarcas do Estado de Pernambuco.

No primeiro semestre do ano de 2014 o programa enfrentou algumas dificuldades no âmbito de coordenação geral e implementação de suas ações. A conjuntura impôs alguns entraves devido ao calendário eleitoral – em que as secretarias estaduais direcionaram seus esforços principalmente às questões político-eleitorais –, bem como a mudança de representante do TJPE na coordenação do programa. Contudo, no segundo semestre foi retomado o Plano de Ação elaborado no primeiro semestre, indicando prazos e responsáveis. No segundo semestre as reuniões do Comitê Gestor e Grupo de Trabalho foram retomadas e mantidas suas regularidades, bimestrais naquela e mensais nessa; foi realizada a revisão do Guia Prático; elaboração de instrumentais de avaliação do programa; elaboração e validação de instrumento didático de orientação dos fluxos do programa (banner); e, consolidação da expansão do Acolher para a comarca de Vitória de Santo Antão.

Em 2015 foram realizados ao todo quatro Seminários Regionais, nas comarcas de Recife e Caruaru no primeiro semestre, Serra Talhada e Santa Cruz do Capibaribe no segundo semestre, sendo os três primeiros organizados pela CIJ e o último pela Vara de Santa Cruz do Capibaribe. O objetivo desses seminários foi de disseminar o serviço para todo estado, fortalecer a rede de proteção social e socialização de experiências. Além desses seminários regionais a comarca de Arcoverde realizou um Seminário Local estimulando a ação intersetorial no município.

TABELA 20 – Dados sobre a participação nos seminários regionais do Acolher

Participantes dos Seminários Regionais do Acolher			
Local do Seminário	Tribunal	Outros	Total
Recife	59	61	120
Caruaru	73	49	122
Serra Talhada	30	50	80
Total	162	160	322

A CIJ deu início à formulação de Livro do Acolher, com a perspectiva de aprofundar debates e propiciar a socialização de experiências. Esta atividade deve ser concluída em 2016.

Em relação aos materiais gráficos de divulgação do programa foi produzida a “**Cartilha do Programa Acolher: orientações para o cotidiano**”. Como desmembramento dessa cartilha também foi produzido um banner com teor de orientação mais objetiva, indicando fases e fluxo processual. Ainda no que tange a produção gráfica, foram revisados e reimpressos materiais já produzidos, como *flyer*, cartazes, folder, etc.

FIGURA 23 – Capa da Cartilha do Programa Acolher



Atividades em execução

- ✓ Reuniões bimestrais do Comitê Gestor;
- ✓ Reuniões mensais do Grupo de Trabalho.

Atividades pendentes

- ✓ Elaboração do Livro do Acolher.

Atividades futuras

- ✓ Reuniões de articulação interna (magistrados e servidores) e externa (parceiros da área da saúde, assistência e demais instituições do sistema de garantia de direitos).

Metas para 2016/2017

- ✓ Expansão do Programa Acolher para as Regionais instaladas;
- ✓ Maior divulgação do Programa Acolher, principalmente no interior do estado;
- ✓ Estudo e aprofundamento de temáticas correlatas ao Programa.

FIGURA 24 – Reunião de balanço das ações de 2014 do Comitê Gestor do Acolher



FIGURA 25 – Apresentação do Acolher para as profissionais Teleatendentes do telefone 0800 da Secretaria da Mulher



FIGURA 26 – Apresentação do Programa Acolher em Santa Cruz do Capibaribe



FIGURA 27 – Público presente na apresentação do Acolher em Santa Cruz do Capibaribe



31. PARCERIA COM A ESCOLA JUDICIAL EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS

Dentro das diretrizes dessa gestão, a aproximação aos setores estratégicos do TJPE, a CIJ estabeleceu parceria com a Escola Judicial nos processos de formação e qualificação de servidores e magistrados referente aos temas ligados à infância e juventude. O intercâmbio entre esses setores tem sido aprimorado, inclusive com a participação da CIJ no Plano de Capacitação da Escola. Além dos contatos permanentes nos cursos realizados pela CIJ – a exemplo do “Jornadas” e do curso de Cadastros do CNJ realizado em 2015 –, duas ações merecem destaque, são elas:

I. Participação no Curso de Formação dos Novos Magistrados

Os juízes recém-ingressos no Tribunal necessitaram de extensa capacitação para estar habilitado a atuar, após essa capacitação são lotados em Varas, geralmente, de competência geral, o que inclui os assuntos ligados aos direitos das crianças e adolescentes. Dessa forma, a CIJ, órgão máximo na área da infância e juventude,

presta assessoria à Escola Judicial na concepção e desenvolvimento dos cursos destinados aos magistrados.

Em 2014, com a nomeação de novos juízes para o TJPE, dentro do curso de recepção dos magistrados um eixo foi voltado para à infância e juventude, organizado em três módulos e abordou os seguintes temas: Depoimento Acolhedor; Preparação e Habilitação de Pretendentes à Adoção; Medidas Protetivas e Socioeducativas. As aulas ocorreram no período de 27 de outubro a 03 de novembro e contou com a presença 61 magistrados recém-ingressos no TJPE.

II. Apoio ao Plano de Capacitação TJPE 2015

Na perspectiva do fortalecimento do trabalho conjunto e estratégico entre os dois setores, destaca-se a colaboração da CIJ nas oficinas desenvolvidas pela Escola Judicial para a elaboração do seu Plano de Capacitação das Ações de Formação e Aperfeiçoamento para o ano de 2015, no que se refere aos aspectos comportamentais, gerenciais e técnicos. Os cursos indicados envolveram a formação e qualificação tanto do interesse da equipe da própria CIJ, quanto para atender às necessidades atualmente identificadas na área de Infância e Juventude.

Atividades em execução

- ✓ Sem atividades em execução.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Reuniões de articulação.

Metas para 2016/2017

- ✓ Ampliar o número de cursos oferecidos para a área da Infância e Juventude realizados pela Escola Judicial em, pelo menos, 03 por semestre;
- ✓ Promover a realização de 02 cursos de capacitação interna para a equipe da CIJ por semestre;
- ✓ Qualificar, no mínimo, 80% do quadro de servidores e magistrados, a partir dos cursos propostos e oferecidos.

32. PLANO PEDAGÓGICO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

É atribuição das Coordenadorias da Infância e Juventude colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores. Várias ações nesse sentido são realizadas, porém, até então, não estavam agrupadas em um plano pedagógico. A finalidade é registrar e integrar em um só documento as propostas de atividades de todos os Núcleos da CIJ, bem como propor formações para o aperfeiçoamento dos membros da CIJ para o ano corrente. Dessa forma permite maior nível de acompanhamento global das ações formativas e de seu monitoramento.

Para a elaboração do primeiro volume em 2015, o NAPG convidou os gerentes dos Núcleos e sua equipe, e através de um processo coletivo e participativo de planejamento, foram propostas orientações, sistematizações e encaminhamentos, além de indicações e articulações necessárias de setores estratégicos do TJPE para o aperfeiçoamento e execução da ação educativa.

Atividades em execução

- ✓ Reuniões com os Núcleos da CIJ para definição de Agenda de ações para 2016.

Atividades pendentes

- ✓ Avaliação do Plano Pedagógico de 2015.

Atividades futuras

- ✓ Articular com os setores estratégicos as possibilidades para execução dos próximos cursos;
- ✓ Realizar levantamento do impacto financeiro anual das ações de formação e qualificação a serem desenvolvidas pela CIJ;
- ✓ Acompanhamento sistemático nas etapas paralelas aos cursos.

Metas para 2016/2017

- ✓ Instituir a avaliação dos cursos executados junto a Gerência dos Núcleos.
- ✓ Garantir a execução de todas as ações educativas propostas no Plano Pedagógico da CIJ.

33. MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE ATENDIMENTO AO PROVIMENTO CNJ Nº 36/2014

Visando melhorias na estrutura e na efetividade dos serviços prestados pelas varas de infância e juventude o CNJ editou o Provimento Nº 36/2014, o qual prevê determinações e recomendações aos tribunais brasileiros. Em resposta ao referido Provimento, a CIJ elaborou um **Relatório Situacional** apontando as principais necessidades a serem atendidas, de acordo com o estabelecido no normativo (o documento está disponível no site do TJPE).

A partir desse estudo foi possível realizar planos de nomeação de servidores, estruturação das VIJ's existentes e instalação de novas Varas Regionais. Foi feito um cronograma de execução que deverá ser concluído até final de 2016.

Algumas ações já foram iniciadas, outras estão submetidas às condições orçamentárias e financeiras, visto que o seu desenvolvimento depende diretamente de mudanças estruturais dos fóruns e no quadro de pessoal do TJPE. Para isso, a CIJ vem desempenhando esforços que resultam em avanços gradativos no atendimento ao Provimento. Dentre os resultados alcançados estão:

- Estruturação e fortalecimento das Equipes multiprofissionais;
- Termo de Convênio entre o GEAD e TJPE – Encontra-se em fase de tramitação e tem como finalidade receber apoio do GEAD na execução de atividades vinculadas à adoção, em especial, na realização de cursos preparatórios direcionados aos pretendentes a adotar;
- Promoção de Convênio entre a UPE, UFPE e FUNAI – a proposta do convênio pretende atender à previsão do Provimento no que tange à realização de convênios não onerosos para contratação/credenciamento de antropólogos que possam intervir em feitos envolvendo crianças indígenas e quilombolas. O referido termo de convênio encontra-se em fase de alguns ajustes, visto o surgimento de alguns entraves de cunho orçamentário e financeiro para dar suporte à realização das ações previstas.

Para atender à referida determinação, a CIJ pesquisou junto a comarcas a existência de casos envolvendo crianças e adolescentes dessas comunidades. Foi verificado que há oito casos relacionados a este público específico, sete destes em uma comarca do interior e o outro na capital. Dessa forma, foi constatado que a

demanda existe em Pernambuco, fato que confirma a necessidade de celebração do convênio, uma vez que o Tribunal não dispõe de antropólogos em seu quadro de servidores.

Também foram consultadas outras coordenadorias da infância para verificar se algum tribunal dispõe de convênio ou está em processo para atender à determinação. No período do estudo, nenhuma das coordenadorias ouvidas havia iniciado qualquer ação para atender à determinação do referido Provimento.

A partir do levantamento de dados em relação às ações relacionadas à temática, constatamos que o TJPE atua com pioneirismo para incluir a atuação de antropólogos nos casos que envolvem crianças indígenas e quilombolas através do convênio que será celebrado com a Universidade de Pernambuco – UPE, a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A ação segue em andamento.

Atividades em execução

- ✓ Acompanhamento da tramitação da minuta do termo de cooperação técnica – Parceira FUNAI/UPE/UFPE.

Atividades pendentes

- ✓ Reestabelecer contato para obtenção de resposta do setor jurídico do TJPE– Parceira FUNAI/UPE/UFPE.

Atividades futuras

- ✓ Analisar, junto aos sujeitos envolvidos, alternativas à destinação de recursos necessários para manutenção das ações previstas no convênio – Parceira FUNAI/UPE/UFPE.

Metas para 2016/2017

- ✓ Firmar a parceria, a partir da assinatura do termo de convênio – Parceira FUNAI/UPE/UFPE.

34. REGIONALIZAÇÃO DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Coordenadoria da Infância e Juventude acompanha e estimula a instalação das Varas Regionais criadas pelo COJE. Ainda no período da gestão, em janeiro de

2016 foi instalada a Vara Regional de Santa Cruz do Capibaribe e em fevereiro do mesmo ano a Vara Regional de Goiana. Das três Varas Regionais indicadas com metas para instalação até o fim da gestão (Santa Cruz do Capibaribe, Goiana e Serra Talhada), apenas Serra Talhada ainda não foi instalada. Das 20 regionais criadas, em conformidade a nova divisão das circunscrições, 11 delas foram instaladas (tabela no final do subitem).

A partir de avaliações referentes às transformações socioeconômicas e culturais ocorridas nos últimos períodos no município de Goiana, bem como no aumento do seu contingente populacional, a CIJ propôs em 2014, a modificação da comarca sede da 6ª Circunscrição, de Nazaré da Mata para Goiana. Foi aprovado a partir da Lei Complementar 298/2015. Com essa alteração, o novo Fórum da comarca, que está em fase de construção, teve a sua estrutura adequada para garantir o espaço físico destinado às instalações da nova Vara Regional. No entanto, para que a Vara fosse rapidamente implantada, as suas atuais dependências foram adaptadas em caráter provisório para admitir o seu funcionamento. O projeto de adaptação apontou modificações na estrutura física disponível, bem como a necessidade de aquisição de equipamentos, mobiliário e pessoal. As obras de reforma do espaço já foram concluídas. Os trâmites para adquirir os equipamentos, mobiliário e organização da equipe estão em andamento. A Vara Regional de Goiana estará funcionando sob instalações provisórias até que o fórum seja inaugurado.

Além da mudança de comarca sede da 6ª circunscrição de Nazaré da Mata para Goiana a CIJ estudou a possibilidade de criação de duas novas circunscrições, considerando a particularidade e relações das comarcas existentes dentro da 11ª (sede Surubim) e 13ª (sede Afogados da Ingazeira). Taquaritinga do Norte, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe antes 11ª circunscrição judiciária formam agora a 19ª, com sede nesta última comarca. A 20ª circunscrição terá como sede a comarca de Serra Talhada e compreende ainda as comarcas de Triunfo, Flores e Carnaíba, agregando ainda os seguintes termos judiciários: Quixabá, Santa Cruz da Baixa Verde e Calumbi.

Estas mudanças foram apresentadas com o Projeto de Lei Complementar Nº 560/2015, sendo aprovado no mesmo ano de apresentação, implicando diretamente em alterações no COJE, passando de 18 para 20 o número de circunscrições.

No caso de Santa Cruz do Capibaribe, a transformação da 3ª Vara Cível em Vara Regional da Infância e Juventude ocorreu em 2015, a partir da publicação do Ato TJPE Nº 1266/2015.

Logo abaixo tabela com a relação das varas regionais existentes e a situação de cada uma acerca da instalação.

TABELA 21 – Situação de instalação das Varas Regionais da Infância e Juventude

Varas Regionais da Infância e Juventude do TJPE		
Circunscrição	Sede	Situação de instalação
1ª	Recife	Instalada
2ª	Cabo de Santo Agostinho	Instalada
3ª	Igarassu	Não instalada
4ª	Vitória de Santo Antão	Instalada
5ª	Goiana	Instalada
6ª	Palmares	Instalada
7ª	Caruaru	Instalada
8ª	Bonito	Não instalada
9ª	Limoeiro	Não instalada
10ª	Garanhuns	Instalada
11ª	Surubim	Não instalada
12ª	Buíque	Não instalada
13ª	Afogados da Ingazeira	Instalada
14ª	Arcoverde	Instalada
15ª	Salgueiro	Não instalada
16ª	Floresta	Não instalada
17ª	Araripina	Não instalada
18ª	Petrolina	Instalada

19ª	Santa Cruz do Capibaribe	Instalada
20ª	Serra Talhada	Não instalada

FIGURA 28 – Evento de instalação da Vara Regional da Infância e Juventude e da Vara da Fazenda Pública na comarca de Santa Cruz do Capibaribe no dia 27 de janeiro de 2016



Fonte: Assis Lima | Ascom TJPE

FIGURA 29 – Evento de instalação da Vara Regional da Infância e Juventude na comarca de Goiana no dia 01 de fevereiro de 2016



Fonte: Assis Lima | Ascom TJPE

Atividades em execução

- ✓ Monitoramento do calendário de reforma do Fórum de Serra Talhada;
- ✓ Estudos de viabilidade de instalação de Varas Regionais.

Atividades pendentes

- ✓ Instalação da Vara Regional de Serra Talhada (prioritária) e demais.

Atividades futuras

- ✓ Estruturação física, equipamentos, mobiliário, veículos, nomeação/lotação de pessoal – profissionais das áreas especializadas (Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos) e servidores da área administrativa (Analistas e Técnicos Judiciários).

Metas para 2016/2017

- ✓ Instalação de pelo menos três Varas Regionais.

35. REALIZAÇÃO DO EVENTO “JÚRI SIMULADO: A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BANCO DOS RÉUS”

O tema sobre a redução da maioridade penal ganhou força no ano de 2015, quando a Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993 (PEC 171/1993), voltou a tramitar na Câmara dos Deputados – em que propõe alterar o Art. 228 da Constituição Federal, reduzindo o limite de 18 para 16 anos a inimputabilidade dos adolescentes, isso no mesmo ano em que a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) completa 25 anos.

A efervescência do debate na sociedade, o aniversário do Estatuto, e seguindo o preceito da responsabilidade social do Tribunal, impulsionaram a CIJ em conjunto com a Escola Judicial promoverem debate no formato de júri simulado acerca do tema. O evento ocorreu justamente no dia do aniversário do ECA, 13 de julho de 2015.

Para encenar o júri simulado foram convidados 15 jurados entre representações as mais diversas da sociedade civil e 06 debatedores, sendo três com a responsabilidade de argumentar contrariamente e os outros três favoráveis à redução. Cada debatedor teve o tempo de 15 minutos para expor seus argumentos. Encerrado esse momento os jurados tiveram o tempo de 02 minutos cada para apresentar os posicionamentos das entidades. Ao término, o público registrou seu voto em urna eletrônica.

Segue algumas informações sintetizando o que foi o evento:

- ✓ A mesa de abertura foi composta pelo Presidente do TJPE, Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves; Secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Criança e Juventude, Isaltino Nascimento.
- ✓ Enquanto a condução do evento ficou sob a responsabilidade do Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto.

Na qualidade de **debatedores**:

- Favoráveis à redução:
 - Desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas;
 - Dr. Moacir Veloso – Advogado;
 - Luiz Gonzaga Patriota – Deputado Federal.
- Contrários à redução:
 - Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo;

- Dr. Manuella Magalhães – Advogada;
- Tadeu Alencar – Deputado Federal.

O resultado da votação entre os jurados:

- 08 votos contrários à redução
 - Conselho Regional de Serviço Social – CRESS;
 - Conselho Regional de Psicologia – CRP;
 - Conselho Regional de Medicina de Pernambuco – CREMEPE;
 - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
 - Sindicato dos Bancários de Pernambuco;
 - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
 - Grande Recife Consórcio de Transporte;
 - Arquidiocese de Olinda/Recife.
- 03 votos favoráveis à redução
 - Associação dos Delegados de Polícias do Estado de Pernambuco – ADEPPE;
 - Convenção das Igrejas Batista;
 - Associação de Notários e Registradores de Pernambuco (ANOREG)
- ✓ Inscreveram-se ao evento mais de 800 pessoas em apenas três dias da abertura das inscrições, e estiveram presentes pouco mais da metade;
- ✓ O debate foi transmitido ao vivo pelo site do TJPE;
- ✓ Após os debates os participantes puderam registrar seu posicionamento, a maioria votou contra a redução da maioria penal;
- ✓ Dos 327 que opinaram em urna, 73% votaram contra a redução e 27% favoráveis à redução.

FIGURA 30 – Cartaz do evento Júri Simulado



Produção ASCOM TJPE

FIGURA 31 – Composição da mesa no Júri Simulado



Fonte: Portal LeiaJá

FIGURA 32 – Composição dos jurados no Júri Simulado



Fonte: Portal Sindicato dos bancários de Pernambuco

FIGURA 33 – Visão do público no Júri Simulado



Fonte: Anderson Freitas/Agência Rodrigo Moreira | ASCOM TJPE

FIGURA 34 – Votação do público no Júri Simulado



Fonte: Anderson Freitas/Agência Rodrigo Moreira | ASCOM TJPE

36. LEVANTAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Ação concluída no primeiro semestre de 2015 teve por objetivo verificar a existência de projetos/ações de incentivo a promoção do apoio efetivo à Infância e Juventude, documentando neste sentido o panorama da situação das Varas da Infância e Juventude no Estado de Pernambuco.

Sobressai-se deste estudo, o número de 17 (dezessete) Varas Especializadas, com ações definidas como de acompanhamento, execução, divulgação e acolhimento em Infância e Juventude, com destaque para a abrangência do Projeto Acolher, que aparece em 10 (dez) das Varas/Comarcas contatadas.

Atividades em execução

- ✓ Coleta de informações quanto às novas ações implantadas.
- ✓ Documentação dos projetos e ações.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Incentivar a participação de Varas/Comarcas/Núcleos com projetos catalogados em premiações;
- ✓ Incentivar a concepção de ações de incentivo à Infância e Juventude em outras Varas/Comarcas/Núcleos;
- ✓ Acompanhamento sistemático para listagem.

Metas para 2016/2017

- ✓ Garantir a inscrição de potenciais projetos em premiações pertinentes;
- ✓ Fortalecimento das atividades em execução.

37. IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Justiça Restaurativa é um procedimento inovador em relação ao processo convencional para solucionar os problemas quando acontece um crime ou contravenção penal. A ética restaurativa é de inclusão e de responsabilidade social e promove o conceito de responsabilidade ativa. Cumpre destacar que o processo restaurativo é realizado quando as partes envolvidas espontaneamente assumem as suas responsabilidades e/ou os seus direitos perante os acontecimentos e manifestam a sua concordância em participar do círculo restaurativo.

No procedimento da Justiça Restaurativa, as pessoas envolvidas e afetadas pelo ato infracional se reúnem com o facilitador para dialogarem sobre o ato e suas consequências. O procedimento como um todo se divide em três etapas: o pré-círculo (escuta e preparação dos participantes para o encontro); o círculo (realização do encontro propriamente dito) e o pós-círculo (acompanhamento).

Desde setembro de 2014 acontecem, mensalmente, reuniões do Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco, promovidas conjuntamente por membros do Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE e Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Desde novembro do referido ano as reuniões foram transferidas

para o auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente – CICA.

Essas reuniões conseguiram atingir pessoas de diversas instituições além do próprio tribunal como Ministério Público de Pernambuco, através das Promotorias da Infância e Juventude da Capital, Defensoria Pública de Pernambuco, através do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente – NUDCA Prefeitura do Recife (Secretarias diversas e CREAS), Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Cultura, Secretaria da Criança e Juventude, FUNASE, SERES), Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Faculdade dos Guararapes - FG.

Cursos e formações que aconteceram no auditório da CIJ, no CICA:

- **05 e 06 de dezembro de 2014:** curso de “Introdução à justiça restaurativa”, ministrado pela consultora Monica Mumme, com carga horária de 20 horas/aula, promovido pelo Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco.
- **11 a 13 de junho de 2015:** workshop “Constelações na Justiça Restaurativa: Um olhar sistêmico para ofensores e vítimas”, ministrado pelo juiz Sami Storch, com carga horária de 20 horas/aula, promovido pelo Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco, pelo Espaço Diálogo e Reparação – EDR / UFPE e Instituto Constelar.
- **15 e 16 de setembro de 2015:** curso “Introdução à justiça restaurativa”, ministrado pela consultora Monica Mumme, com carga horária de 20 horas/aula, voltado para servidores do TJPE, promovido pelo Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco e Escola Judicial do TJPE.
- **17 e 18 de setembro de 2015:** curso “Introdução à justiça restaurativa”, ministrado pela consultora Monica Mumme, com uma carga horária de 20 horas/aula, voltado para os magistrados do TJPE, promovido pelo Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco e Escola Judicial do TJPE.
- **19 a 21 de setembro de 2015:** curso “Justiça restaurativa – Aprofundando os processos circulares”, para ser facilitador dos círculos de construção de paz, ministrado pela consultora Monica Mumme, com carga horária de 30 horas/aula, promovido pelo Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco.
- **22 a 25 de setembro de 2015:** curso “Justiça restaurativa, aprofundando os processos circulares”, para ser facilitador dos círculos de construção de paz, ministrado

pela consultora Monica Mumme, com carga horária de 30 horas, promovido pelo Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa de Pernambuco e pela Prefeitura do Recife.

Primeiros Processos para realização de Práticas Restaurativas como parte do Projeto-Piloto da Justiça Restaurativa do TJPE:

Foram selecionados três processos para a realização das primeiras Práticas Restaurativas no âmbito das Varas Infracionais da Infância e Juventude da Capital, por indicação do Ministério Público de Pernambuco, sendo dois oriundos da Quarta Vara da Infância e Juventude da Capital e um da Terceira Vara da Infância e Juventude da Capital.

Com relação à prática infracional apurada nos processos designados, temos um ato infracional análogo ao furto, outro análogo à “divulgação de fotos não autorizadas pela internet”, e, por fim, um análogo à lesão corporal leve. Dos adolescentes representados nos referidos processos, dois são do sexo masculino e uma do sexo feminino, com idades entre 13 e 16 anos. Já com relação às vítimas, duas são do sexo masculino, sendo um adolescente e um adulto, enquanto a vítima restante é adolescente do sexo feminino.

Todos os processos chegaram até a fase do pré-círculo, mas não haverá continuidade para a fase dos círculos, por falta de adesão das vítimas. A questão do tempo de ocorrência dos fatos e o efetivo encaminhamento para os círculos é uma variável a se destacar.

Finalmente, registre-se a reserva de uma sala exclusiva para a Justiça Restaurativa, situada no CICA, ainda sem data para inauguração. Entendemos que essas ações estão alinhadas à Meta 08, do CNJ, para 2016, que propõe: *“Implementar práticas de Justiça Restaurativa (Justiça Estadual) Justiça Estadual: Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31.12.2016.”*

A CIJ vem estimulando e colaborando na implantação da Justiça Restaurativa na área da infância e juventude e participando das reuniões do GT e dos espaços de formação, além de dialogar com o Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (JETEP), considerando não só o potencial desse setor na implantação da justiça restaurativa, bem como o grande número de público juvenil em processos afeitos ao JETEP.

FIGURA 35 – Planejamento do GT de Justiça Restaurativa



Estiveram presentes representantes do TJPE, UFPE, PCR e FUNASE

Atividades em execução

- ✓ Reuniões mensais do GT de Justiça Restaurativa;
- ✓ Análise de casos em que possa ser aplicado às práticas restaurativas.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Instalação da sala de atendimento;
- ✓ Preparação da equipe de trabalho.

Metas para 2016/2017

- ✓ Ter a estrutura de atendimento em pleno funcionamento até o primeiro semestre de 2016;

- ✓ Produzir impactos de redução no número de processos, a partir da solução dos conflitos promovido pelos atendimentos.

38. CIRCUITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A fim de garantir a integralidade, disponibilidade das informações e o aperfeiçoamento da gestão dos serviços de infância e juventude, a CIJ, já no fim do semestre de 2015, deu início à elaboração de material cujo conteúdo buscará padronizar, estabelecer rotinas e uniformizar a prestação jurisdicional. Em formato de guia, o material contará com orientações essenciais aos profissionais e apresentará fluxos referentes a procedimentos internos desenvolvidos por magistrados e servidores nas Varas de Infância e Juventude e correlatas. A conclusão da elaboração do material está prevista para o fim do primeiro semestre de 2016 e sua edição será disponibilizada, a princípio, em versão eletrônica.

Atividades em execução

- ✓ Elaboração de plano de trabalho;
- ✓ Estudos preliminares sobre os processos de trabalho nas varas da infância e juventude, identificando fluxos e legislações atinentes a cada procedimento.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Elaboração e publicação do documento.

Metas para 2016/2017

- ✓ Publicação do documento no primeiro semestre de 2016.

39. AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SOCIOEDUCATIVO

A partir da exitosa experiência das “audiências concentradas” nos casos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, algumas varas da infância e juventude do país passaram a adotar prática semelhante para a situação dos adolescentes em cumprimento de medias socioeducativas de internação ou semi-liberdade. O objetivo é impulsionar o atendimento processual dos adolescentes em

cumprimento de medida socioeducativa, permitindo maior controle dos processos e da situação dos casos, reavaliando a manutenção, substituição ou suspensão da medida.

A CIJ/TJPE, no ano de 2015, passou a estudar as práticas já aplicadas e analisar a sua possibilidade de execução no caso de Pernambuco. A partir dos estudos preliminares, a proposta foi apresentada em reunião a promotores e defensores públicos, magistrados e membros da equipe técnica do judiciário que trabalham com os processos de atos infracionais. Após as reflexões dessa reunião foi enviada minuta de instrução normativa dispendo sobre a metodologia e execução das audiências concentradas, bem como algumas perguntas norteadoras para coletar informações relevantes sobre os limites e possibilidades da execução, com o intuito de colaborar na elaboração do plano de ação para disseminar a metodologia.

As primeiras audiências concentradas no socioeducativo estimuladas pela CIJ foram realizadas pela magistrada Dr^a Maria Amélia Pimentel Lopes, na Vara Regional da Infância e Juventude da 1^a Circunscrição. A realização das audiências concentradas tem estimulado aos socioeducandos o bom comportamento e a busca pela reinserção à vida escolar.

Atividades em execução

- ✓ Revisão da Instrução Normativa para as audiências concentradas no socioeducativo.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Finalizar o Plano de Ação para disseminação e monitoramento da execução do serviço;
- ✓ Publicação da Instrução Normativa.

Metas para 2016/2017

- ✓ Implantar o serviço em todas as Varas Regionais no primeiro semestre de 2016.

40. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Em consideração às observações no relatório parcial de gestão, 2014, em que apontava que a maioria das ações da CIJ estavam voltadas para a área protetiva, a equipe da CIJ, em 2015, estudou os programas de aprendizagem desenvolvidos nos tribunais de todo o país para formular um Programa Jovem Aprendiz para o TJPE. A perspectiva é que em 2016 esteja na fase de execução.

A iniciativa consiste em efetivar a Lei de Aprendizagem (Lei 10.097 de 19/12/2000) através da reinserção de jovem em vulnerabilidade social, familiar e comunitária sob a condição de aprendiz em programa de estímulo da aprendizagem estimulam o despertar profissional e pessoal dos adolescentes.

Por meio da responsabilidade compartilhada os jovens serão incluídos nos setores do judiciário e terão como mediadores servidores e magistrados do TJPE, relacionamento benéfico tanto para os adolescentes que estarão despertando para protagonismo profissional e social, quanto para os do judiciário que poderão impactar positivamente a vida dos jovens.

Atividades em execução

- ✓ Estudos, reuniões com entes da Rede de Proteção, secretarias e setores estratégicos do TJPE;
- ✓ Escrita preliminar do projeto.

Atividades pendentes

- ✓ Sem atividades pendentes.

Atividades futuras

- ✓ Articular com os setores estratégicos as possibilidades para execução do programa.

Metas para 2016/2017

- ✓ Estabelecer parcerias e convênios necessários à execução;
- ✓ Identificar e definir setores e mediadores que acolherão os jovens dentro do TJPE.

EIXO II

BALANÇO DAS AÇÕES

1. DIRETRIZES X AÇÕES

Com o objetivo de evidenciar o alinhamento das ações desenvolvidas com as diretrizes estabelecidas pela gestão do biênio 2014-2015 da CIJ apresentamos as tabelas abaixo, trata-se da gestão de portfólio dos projetos. Com exceção da diretriz “4” todas as outras foram desenvolvidas a contento. Assim sendo, numa visão global dos projetos, podemos afirmar que 80% das diretrizes foram efetivadas. Vejamos a primeira diretriz:

TABELA 22 – Ações correspondentes à primeira diretriz da gestão CIJ 2014/2015

Diretriz	Ação	Situação
1. Dar continuidades as principais ações, programas e projetos	Gerenciamento das ações da Copa do Mundo	Concluído
	III, IV e V Jornadas pernambucanas	Concluído
	Instalações de salas de depoimento acolhedor (Petrolina, Camaragibe e Caruaru)	Concluído
	Conhecer virtual	Em andamento
	Regionalização do Programa Acolher	Em andamento
	Implantação de Varas Regionais	Pendente
	Exposição itinerante	Pendente
	Sei Quem Sou	Ação Contínua
	Formação e atualização nos Cadastros da Infância e Juventude	Concluído
	Monitoramento das Audiências Concentradas no protetivo	Ação Contínua
Projeto “Família: um direito de toda criança e adolescente”	Ação Contínua	

	Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada (PPIP)	Ação Contínua
	Projeto Adoção e Cidadania na Escola	Ação Contínua
	Programa Acolher	Ação Contínua
	Jornadas Pernambucanas dos direitos da infância e juventude	Ação Contínua
	Rede online da infância e juventude	Ação Contínua

Essa primeira tabela contém a situação das principais ações desenvolvidas pela CIJ. Podemos perceber que muitas das ações ou foram concluídas, ou estão em andamento, ou não pararam por ser contínua. Apenas duas ações – o que representa 12,5% do total das principais ações – estão pendentes, ambas por motivos que fogem da competência da CIJ. Conforme apresentado, a “Exposição Itinerante” aguarda subvenção de parceria externa, e no que se refere a “Implantação de Varas Regionais” foi atingido número de duas das mínimas três indicadas.

A diretriz é “Fortalecer e apoiar a estruturação da infância e juventude”. É importante ressaltar o trabalho realizado pela CIJ na produção do Relatório Situacional com base no Provimento Nº 36 do CNJ, em que constam planos de trabalho para o fortalecimento e apoio a estruturação das Varas de Infância e Juventude. Vejamos na tabela abaixo quais ações principais foram desenvolvidas:

TABELA 23 – Ações corresponde à segunda diretriz da gestão CIJ 2014/2015

Diretriz	Ação
2. Fortalecer e apoiar a estruturação das Varas de Infância e Juventude;	Curso de Recepção aos novos magistrados e servidores;
	Formação e atualização nos Cadastros da Infância e Juventude;
	Instalação das Salas de Depoimento Acolhedor em Petrolina, Camaragibe e Caruaru;
	III, IV e V Jornadas Pernambucanas
	Criação do “Rede Online da Infância e Juventude”;

	Nomeação de servidores;
	Regionalização do Programa Acolher;
	Instalação da 3ª Vara Cível de São Lourenço da Mata;
	Criação de duas novas circunscrições: 19ª – Santa Cruz do Capibaribe e 20ª – Serra Talhada;
	Transferência da sede da 5ª Circunscrição de Nazaré da Mata para Goiana;
	Instalação das Varas Regionais de Infância e Juventude de Santa Cruz do Capibaribe e Goiana.

Muitas ações estão sendo desenvolvidas para o fortalecimento e apoio a estruturação das Varas da Infância e Juventude, essa é uma função essencial da CIJ, as ações destacadas acima são aquelas em que a gestão elencou como prioritárias e que foram concluídas ou estão em andamento.

Essa diretriz esteve bem marcada no primeiro ano da gestão, em 2015 o destaque foi para as duas novas circunscrições, transferência da sede da 5ª circunscrição e instalação das Varas Regionais.

A terceira diretriz foi a realização de alterações no Código de Organização Judiciária (COJE) em que possibilitasse melhorias nos processos de trabalho relacionados à Infância e Juventude. Vejamos as ações:

TABELA 24 – Ações corresponde à terceira diretriz da gestão CIJ 2014/2015

Diretriz	Ação
3. Alterações no COJE	Regionalização da operacionalização do Cadastro Nacional de Adoção (CNA);
	Ampliação das competências estabelecidas às Varas Regionais de Infância e Juventude para abranger, também, situações que compreendam os casos de adoção pelo CNA;
	Vinculação da CEJA à Presidência do Tribunal e

	incorporação de Núcleo interprofissional na CIJ que assessoro à CEJA;
	Mudança no processo de escolha da administração do CICA, antes vinculado a(o) Juiz(a) Titular 1ª Vara, agora é por indicação do Presidente;
	Criação de duas novas circunscrições: 19ª – Santa Cruz do Capibaribe e 20ª – Serra Talhada;
	Transferência da sede da 5ª Circunscrição de Nazaré da Mata para Goiana;

Essa diretriz, indicada no término da gestão 2012-2013, foi atendida integralmente em seus quatro primeiro tópicos, inclusive pouco antes de iniciar a gestão do biênio 2014-2015. Diante dos trâmites necessários para a aprovação e efetiva alteração no COJE não se esperava que essa diretriz fosse atendida tão rapidamente quanto foi. O mais importante é o objetivo alcançado. Cabe salientar que os referidos tópicos foram previamente indicados como mudanças para o COJE e durante a gestão outras demandas para alterar o código judiciário apareceram, devido a análises da CIJ em relação ao serviço regionalizado da infância e juventude (dois últimos tópicos).

A quarta diretriz da gestão foi a de “fomentar a criação de Corregedoria Auxiliar ou indicação de um juiz auxiliar, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça”.

TABELA 25 – Ações corresponde à quarta diretriz da gestão CIJ 2014/2015

Diretriz	Ação
4. Fomentar a criação de Corregedoria Auxiliar ou indicação de um juiz auxiliar, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ)	Sem ações desenvolvidas, atividade suspensa.

Como pode ser visto na tabela a atividade esteve suspensa. Por fim, a quinta diretriz visa o fortalecimento dos vínculos com setores estratégicos do TJPE. A tabela abaixo apresenta as principais ações:

TABELA 26 – Ações corresponde à quinta diretriz da gestão CIJ 2014/2015

Diretriz	Ação
5. Fortalecer vínculos com setores estratégicos do TJPE	Participação nos mecanismos de Gestão e Planejamento do Tribunal;
	Parceria com a Escola Judicial;
	Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude
	Integração no planejamento e orçamento de setores estratégicos do TJPE (ASCOM, DEA, DIRIEST, SETIC).

Os desdobramentos práticos das parcerias estabelecidas, estreitando os laços com os setores estratégicos do TJPE, podem ser visto, por exemplo, no *item 31 e 32* desse Relatório, em que descreve a situação da ação “Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados” e “Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude”, bem como na participação da CIJ nas reuniões de projeção da instalação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) na infância e juventude; acerca da construção do Plano Estratégico 2015-2022 do TJPE; bem como da integração no planejamento e orçamento dos setores estratégicos do TJPE, dentre outras.

O trabalho realizado nas últimas gestões gerou reconhecimento de inúmeros setores do Tribunal que não trabalhavam tão aproximadamente à CIJ, estabelecer como diretriz de gestão essa melhor relação interna é um ponto forte para atingir os objetivos dessa Coordenadoria da Infância e Juventude. No entanto, ainda há o que se aperfeiçoar e isso será observado na Parte II.

2. PERFIS DAS AÇÕES

A CIJ planejou e desenvolveu no biênio 2014/2015 ao todo 40 ações, dentre ações contínuas, programas, projetos e ações pontuais. Tendo êxito na execução da maioria delas. Nessa seção do relatório destacamos os perfis das ações desenvolvidas pela CIJ pelo perfil dentro das diretrizes estratégicas do Plano Decenal do TJPE. Apresentamos adiante o perfil por área temática e por estratégia de trabalho.

2.1 Por área temática

O objetivo nesta seção é apresentar o direcionamento das ações desenvolvidas pela CIJ em relação à área temática.

Para efeito de divisão consideramos os direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho. Além disso, apontamos para a prevenção contra a violação de direitos e, também, do acesso à justiça.

Ao todo o recorte aqui apresentado subdivide-se em sete áreas temáticas. A alocação das ações em cada “área temática” está de acordo com eixo de intervenção, as finalidades da ação/programa/projeto e seus impactos sociais, sendo de relação direta ou indireta. A divisão tem caráter meramente pedagógico, com o fito de ilustrar onde estão concentrados os nossos maiores esforços de trabalho. Assim sendo, será notado que algumas ações estarão contidas em mais de uma área, considerando sua amplitude de intervenção, finalidade e impactos. Por outro lado, algumas ações não serão representadas nessa divisão por área temática, considerando que são ações voltadas mais para os processos internos de trabalho.

Para melhor acompanhamento apresentamos em tabela por área temática, vejamos:

TABELA 27 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à vida e à saúde

Direito à vida e à saúde
Programa Acolher

TABELA 28 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade
Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente
Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada
Projeto Adoção e Cidadania na Escola

Programa Acolher
Depoimento Acolhedor
Sei Quem Sou
Conhecer Virtual
Acompanhamento dos processos de adoção internacional
Monitoramento das Audiências Concentradas do protetivo
Audiências Concentradas no socioeducativo

TABELA 29 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à convivência familiar e comunitária

Direito à convivência familiar e comunitária

Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente
Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada
Acompanhamento dos processos de adoção internacional
Projeto Adoção e Cidadania na Escola
Programa Acolher
Monitoramento das Audiências Concentradas do protetivo
Audiências Concentradas no socioeducativo
Banco de dados sobre adoção no estado de Pernambuco – Parceria com a UNICAP
Sei Quem Sou
Conhecer Virtual
Colaborações para aperfeiçoamento do sistema de cadastros da infância e juventude do CNJ
Orientação e formação no uso dos cadastros da infância e juventude do CNJ
Capacitação de Operadores na Área da Infância e Juventude em Relação à Prevenção à Institucionalização Prolongada, Reinserção Familiar e Colocação em Família Substituta

TABELA 30 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer
Projeto Adoção e cidadania na escola
Exposição Itinerante da Infância e Juventude
Realização do evento “Júri Simulado: a redução da maioria penal no banco dos réus”

TABELA 31 – Ações da CIJ correspondentes ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho

Direito à profissionalização e à proteção no trabalho
Programa Jovem Aprendiz

TABELA 32 – Ações da CIJ correspondentes à prevenção contra a violação de direitos

Prevenção contra a violação de direitos
Assessoria jurídica na seleção de Agentes de Proteção da infância e juventude – serviço de voluntários
Exposição Itinerante da Infância e Juventude
Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente
Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada
Projeto Adoção e Cidadania na Escola
Acompanhamento dos processos de adoção internacional
Programa Acolher
Monitoramento das Audiências Concentradas do protetivo
Audiências Concentradas no socioeducativo
Conhecer Virtual

Sei Quem Sou

Depoimento Acolhedor

Capacitação de Operadores na Área da Infância e Juventude em Relação à Prevenção à Institucionalização Prolongada, Reinserção Familiar e Colocação em Família Substituta

Jornadas Pernambucanas dos direitos da infância e juventude

Produção de normativos

Colaborações para aperfeiçoamento do sistema de cadastros da infância e juventude do CNJ

Orientação e formação no uso dos cadastros da infância e juventude do CNJ

TABELA 33 – Ações da CIJ correspondentes ao acesso à justiça

Do acesso à justiça

Cartilha: habilitando os candidatos para adoção

Colaborações para aperfeiçoamento do sistema de cadastros da infância e juventude do CNJ

Implantação da Justiça Restaurativa na infância e juventude

Regionalização das Varas da Infância e Juventude

Monitoramento das Audiências Concentradas do protetivo

Audiências Concentradas no socioeducativo

Programa Acolher

Depoimento Acolhedor

Conhecer Virtual

Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente

Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada

Acompanhamento dos processos de adoção internacional

Monitoramento das ações de atendimento ao Provimento CNJ Nº 36/2014

A maior parte das ações da CIJ tem como foco à “prevenção à violação dos direitos”, concentrando 17 de um todo de 40 ações, o que representa 42,5%. Em seguida as áreas temáticas com maior concentração de atividades são “convivência familiar e comunitária” e “acesso à justiça” com 13 atividades cada e em “liberdade, respeito e dignidade” há 10 atividades desempenhadas com este fim. Por outro lado, as áreas temáticas com menor número de atividade são as ações relacionadas ao direito “à vida e à saúde”, bem como “à profissionalização e à proteção no trabalho” concentram uma ação cada, Programa Acolher e Programa Jovem Aprendiz respectivamente.

Cabe frisar que os dados percentuais correspondem ao número de atividades em cada área temática e o total de ações da CIJ no biênio 2014/2015 (40 ações), por isso não há indicação de soma dos dados com 100%. Tanto porque algumas ações estão contidas em mais de uma área, quanto porque outras ações não se encaixam nessa divisão por área temática, conforme aludido anteriormente.

Esses dados podem ser observados na tabela adiante.

TABELA 34 – Concentração das ações da CIJ por área temática

Concentração das ações da CIJ por área temática		
Área temática	Quantidade de ações	Porcentagem (nº de ações pelo total de 40)
Direito à vida e à saúde	01	2,5%
Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	10	25%
Direito à convivência familiar e comunitária	13	32,5%
Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	03	7,5%
Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	01	2,5%
Prevenção contra a violação de direitos	17	42,5%
Do acesso à justiça	13	32,5%

O Programa Acolher figura como a ação de perfil mais abrangente em relação à área temática, está presente em cinco das sete. O Programa Família, Projeto Adoção e Cidadania na Escola, Conhecer Virtual, Audiências Concentradas no socioeducativo, dentre outras, também tem um perfil amplo, indicados em quatro áreas temáticas.

2.2 Por estratégia de trabalho

O objetivo nesta seção é apresentar o direcionamento das ações desenvolvidas pela CIJ em relação à estratégia de trabalho.

A estratégia de trabalho da CIJ está centrada, principalmente, ao desenvolvimento e gestão organizacional; aperfeiçoamento da prestação jurisdicional; comunicação e articulação intra e extra-institucional; sistematização de conhecimentos e transferência de tecnologias. A partir desses quatro eixos desdobram-se as ações, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

FIGURA 36 – Quadro com as estratégias de trabalho da CIJ



Para facilitar a visualização e compreensão geral, apresentamos as ações da CIJ dentro dos quatro eixos da estratégia de trabalho na tabela abaixo:

TABELA 35 – Ações da CIJ e estratégia de trabalho correspondente

Ações da CIJ e estratégia de trabalho correspondente			
Desenvolvimento e Gestão Organizacional	Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional	Comunicação e Articulação Intra e extra-institucional	Sistematização de Conhecimentos e Transferência de Tecnologias
Produção de Normativos	Lançamento da 2ª edição do livro: “infância e juventude – modelos de atos judiciais e peças ministeriais”	Assessoria jurídica na seleção de agentes de proteção da infância e juventude – serviço de voluntários	Lançamento da 2ª edição do livro: “infância e juventude – modelos de atos judiciais e peças ministeriais”
Elaboração de pareceres jurídicos e atividades correlatas	Lançamento da 2ª edição do livro: “infância e juventude – normas e orientações aplicáveis ao cotidiano”	Publicação: “em acordo com a lei: teoria e prática dos processos de conhecimento”	Lançamento da 2ª edição do livro: “infância e juventude – normas e orientações aplicáveis ao cotidiano”
Reorganização dos trabalhos e processos internos – modificações no COJE e ações decorrentes	Publicação: “em acordo com a lei: teoria e prática dos processos de conhecimento”	Cartilha: habilitando os candidatos para adoção	Publicação: “em acordo com a lei: teoria e prática dos processos de conhecimento”
Banco de dados sobre adoção no estado de Pernambuco parceria com UNICAP	Capacitação de operadores na área da infância e juventude em relação à prevenção à institucionalização prolongada,	Projeto Adoção e Cidadania na escola	Capacitação de operadores na área da infância e juventude em relação à prevenção à institucionalização prolongada,

	reinserção familiar e colocação em família substituta		reinserção familiar e colocação em família substituta
Rede Online da Infância e Juventude	Cartilha: habilitando os candidatos para adoção	Exposição itinerante da infância e juventude	Depoimento Acolhedor
Manual de distribuição processual	Projeto Conexões	Banco de dados sobre adoção no estado de Pernambuco – parceria com UNICAP	Conhecer Virtual
Criação dos setores Cemando, Progeforo e Expedição no CICA	Rede online da infância e juventude	Rede online da infância e juventude	Projeto Conexões
Produção de mapas sobre a estrutura judiciária e rede de proteção social	Jornadas pernambucanas dos direitos da infância e juventude	Fique por dentro – Clipping digital	Rede Online da infância e juventude
Fique por dentro – Clipping digital	Manual de distribuição pessoal	Participação no Grupo de Trabalho da Copa do Mundo – GTCM	Jornadas pernambucanas dos direitos da infância e juventude
Monitoramento das audiências concentradas no protetivo	Produção de mapas sobre a estrutura judiciária e rede de proteção social	Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados	Manual de distribuição processual
Colaborações para aperfeiçoamento do sistema dos cadastros da infância e juventude do CNJ	Orientação e formação no uso dos cadastros da infância e juventude	Circuitos da Infância e Juventude	Criação dos setores Cemando, Progeforo e Expedição no CICA

Participação no Grupo de Trabalho da Copa do Mundo – GTCM	Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados	Produção de mapas sobre a estrutura judiciária e rede de proteção social
Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados	Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude	Orientação e formação no uso dos cadastros da infância e juventude
Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude	Realização do evento “Júri simulado: a redução da maioria penal no banco dos réus”	Programa Acolher
Monitoramento das ações de atendimento ao Provimento CNJ Nº 36/2014	Circuitos da Infância e Juventude	Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados
Regionalização das Varas de Infância e Juventude		Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude
Levantamento de boas práticas da infância e juventude		Monitoramento das ações de atendimento ao Provimento CNJ Nº 36/2014
Implantação da		Regionalização das

Justiça Restaurativa na infância e juventude	Varas de Infância e Juventude
Circuitos da Infância e Juventude	Implantação da Justiça Restaurativa na infância e juventude
	Audiências concentradas no socioeducativo

As ações da CIJ no biênio 2014/2015 estiveram com maior peso em sistematização de conhecimentos e transferência de tecnologias, com metade das ações do período. Logo em seguida as ações voltadas para desenvolvimento e gestão organizacional se sobressaem com 19 ações. O aperfeiçoamento da prestação jurisdicional foi responsável em impulsionar 15 ações enquanto comunicação e articulação intra e extra-institucional 11 ações.

TABELA 36 – Concentração das ações da CIJ por estratégia de trabalho

Concentração das ações da CIJ por estratégia de trabalho		
Estratégia de trabalho	Quantidade de ações	Porcentagem (nº de ações pelo total de 40)
Desenvolvimento e gestão organizacional	19	47,5%
Aperfeiçoamento da prestação jurisdicional	15	37,5%
Comunicação e articulação intra e extra-institucional	11	27,5%
Sistematização de conhecimentos e transferência de tecnologias	20	50%

A ilustração dos dados acima segue a mesma situação da divisão das ações por área temática. Portanto, não há soma de 100% entre as quatro estratégias de trabalho, pois há ações contidas em mais de uma estratégia de trabalho. O Rede Online da infância e juventude, por exemplo, está contido em três estratégias. Essa ação colabora para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, na medida em que disponibiliza um canal de interação entre equipes, equipes e coordenadoria, estimulando debates em meio virtual. Justamente por conter essas características que lhe credencia para a estratégia de comunicação e articulação intra-institucional, bem como na sistematização de conhecimentos e transferência de tecnologias, em que corrobora para a qualificação e desenvolvimento profissional dos servidores.

3. BALANÇO

A CIJ desenvolveu 40 ações/programas/projetos no período de 2014/2015. Na gestão anterior (2012/2013) foram 32 ações. Portanto, a gestão teve o acréscimo de 25% no volume de trabalho.

Abaixo podemos conferir o quadro geral da situação das ações desenvolvidas:

TABELA 37 – Quadro geral da situação das ações desenvolvidas

Quadro geral da situação das ações desenvolvidas	
Ação	Situação
Produção de Normativos	Contínua
Elaboração de pareceres jurídicos e atividades correlatas	Contínua
Assessoria jurídica na seleção de agentes de proteção da infância e juventude – serviço de voluntários	Concluída
Lançamento da 2ª edição do livro: “infância e juventude – modelos de atos judiciais e peças ministeriais”	Atrasada
Lançamento da 2ª edição do livro: “infância e juventude – normas e orientações aplicáveis ao cotidiano”	Contínua
Publicação: “em acordo com a lei: teoria e prática dos processos de conhecimento”	Concluída

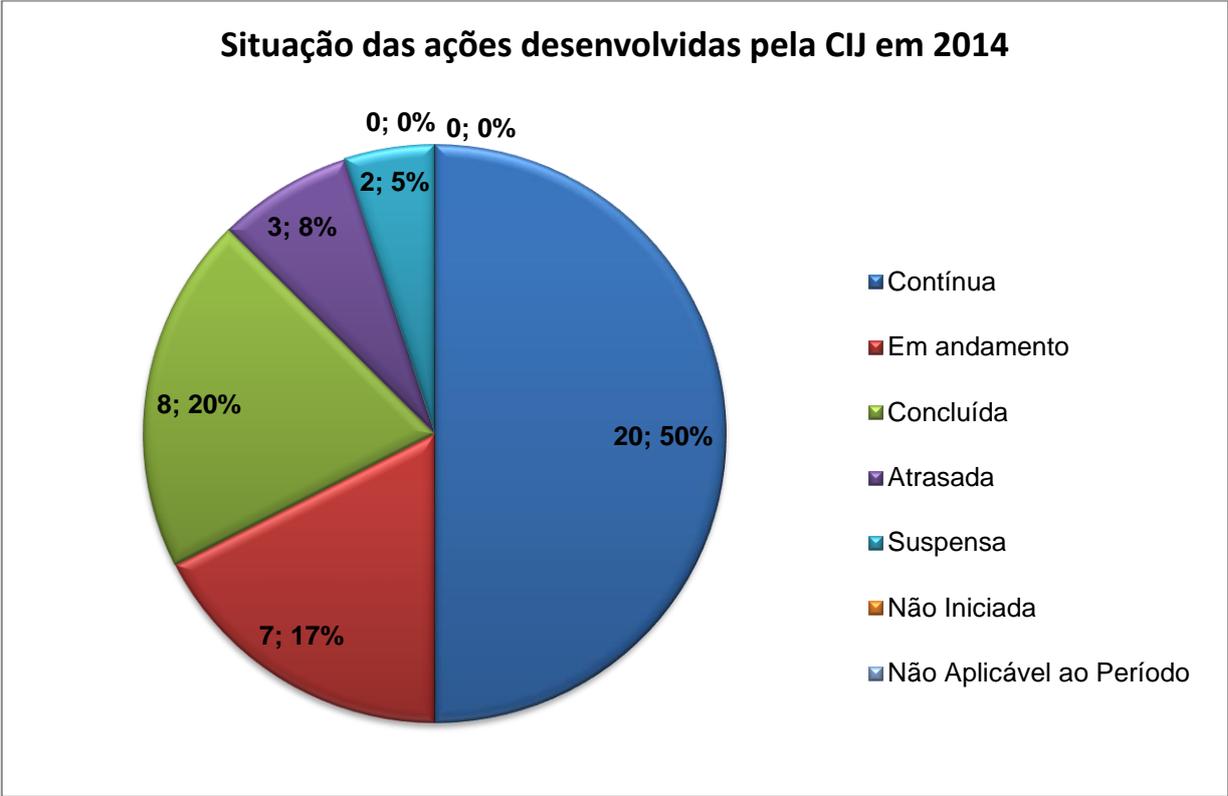
Reorganização dos trabalhos e processos internos – modificações no COJE e ações decorrentes	Concluída
Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente	Contínua
Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada (PPIP)	Contínua
Acompanhamento dos processos de adoção internacional	Contínua
Capacitação de operadores na área da infância e juventude em relação à prevenção à institucionalização prolongada, reinserção familiar e colocação em família substituta	Concluída
Cartilha: habilitando os candidatos para adoção	Concluída
Projeto adoção e cidadania na escola	Contínua
Exposição itinerante da infância e juventude	Atrasada
Depoimento Acolhedor	Contínua
Sei Quem Sou	Contínua
Banco de dados sobre adoção no Estado de Pernambuco – parceria com UNICAP	Em andamento
Conhecer Virtual	Contínua
Projeto Conexões	Suspensa
Rede online da infância e juventude	Em andamento
Jornadas pernambucanas dos direitos da infância e juventude	Contínua
Manual de distribuição pessoal	Concluída
Criação dos setores Cemando, Progeforo e Expedição no CICA	Suspensa
Produção de mapas sobre a estrutura judiciária e rede de proteção social	Atrasada
Fique por dentro – Clipping digital	Contínua
Monitoramento das audiências concentradas do protetivo	Contínua
Colaborações para aperfeiçoamento do sistema dos cadastros da infância e juventude do CNJ	Contínua
Orientação e formação no uso dos cadastros da infância e	Contínua

juventude do CNJ	
Participação no Grupo de Trabalho da Copa do Mundo – GTCM	Concluída
Programa Acolher	Contínua
Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados	Contínua
Plano pedagógico da Coordenadoria da Infância e Juventude	Contínua
Monitoramento das ações de atendimento ao Provimento CNJ Nº 36/2014	Em andamento
Regionalização das Varas da Infância e Juventude	Em andamento
Realização do evento: “Júri simulado: a redução da maioria penal no banco dos réus”	Concluído
Levantamento de boas práticas da infância e juventude	Contínua
Implantação da Justiça Restaurativa na infância e juventude	Em andamento
Circuitos da Infância e Juventude	Em andamento
Audiências concentradas no socioeducativo	Contínua
Programa Jovem Aprendiz	Em andamento

Metade das ações desenvolvidas é de caráter contínuo. Soma-se a essas aquelas que estão em andamento, e se obtêm 67% das ações que permanecem sendo executadas. Incluindo as ações concluídas podemos afirmar que 87% das ações foram executadas. Das demais ações 8% estão atrasadas e 5% foram suspensas. Não houve nenhuma ação prevista que não foi iniciada e nem estava fora do período de aplicação.

O gráfico abaixo ilustra os dados:

GRÁFICO 03 – Situação das ações desenvolvidas pela CIJ no biênio 2014/2015



Parte II

Perspectivas de novas ações e diretrizes para o biênio 2016/2017

A Coordenadoria da Infância e Juventude apresenta através da segunda parte desse Relatório de Gestão as perspectivas e diretrizes para o biênio 2016/2017.

É importante registrar que no Relatório Parcial dessa Gestão, contendo os resultados de 2014, se apontava algumas recomendações à gestão estratégica, com o intuito de aprimorar os trabalhos da CIJ. Foi constatado no processo da coleta de dados e seu processamento, bem como na elaboração do referido relatório uma diversidade de concepções e instrumentais de controle interno das ações dos núcleos; dificuldade de aplicação de metas e indicadores para as ações previstas; e que a inexistência de mecanismos formais de gestão das ações dificulta o gerenciamento geral e articulado das ações.

Para corrigir a situação foram indicadas algumas ações, a saber:

- Unificar instrumentais de monitoramento a nível operacional para ser aplicado pelos núcleos;

- Organizar planilha de monitoramento tático para acompanhamento em reuniões periódicas de monitoramento geral das ações da CIJ;
- Consultoria interna da COPLAN para contribuir no aperfeiçoamento das ações de gestão, do desenvolvimento dos projetos e no aprimoramento das ferramentas de planejamento estratégico na CIJ;
- Elaboração de um Plano de Metas e Indicadores em conjunto com os núcleos da CIJ.

No ano de 2015 houve avanços nesse sentido. Uma das primeiras iniciativas foi sinalizar a necessidade da consultoria interna da COPLAN. Diante da construção do Planejamento Estratégico 2015-2022 do TJPE a consultoria ainda não pôde ser realizada. Além disso, se deu início ao estudo e realocação de ações/programas/projetos desenvolvidos em núcleos não condizentes com a tarefa, isto é, em que a atividade não correspondia às atribuições do núcleo. A ideia de reuniões periódicas de monitoramento geral das ações da CIJ foi bem aceita por todos. Porém, o início dessas reuniões se dará em 2016. Por conseguinte, fica como indicativo a elaboração do plano de metas e indicadores e a possibilidade de unificação de instrumentais de monitoramento a nível operacional.

No âmbito da coleta dos dados para a construção desse relatório de gestão também ocorreram mudanças. A coleta em tabelas com direcionamentos das respostas deu lugar ao formulário eletrônico, modernizando e acelerando o processo da coleta de dados, facilitando, ainda, a produção de alguns dados. Ainda há muito a se aprimorar nesse aspecto, sem dúvidas as reuniões de monitoramento geral das ações da CIJ facilitará não só a condução de todas iniciativas de forma mais organizada, como colaborará na maior agilidade para apresentação dos resultados. Por isso que indicamos “aprimorar as ferramentas do planejamento e gestão da CIJ” como uma das diretrizes para a próxima gestão, conforme pode ser observado logo adiante.

EIXO I

PERSPECTIVAS DE NOVAS AÇÕES

Apresentamos nesse eixo as perspectivas de ações para a próxima gestão, concebidas ainda na gestão 2014/2015 e apresentadas e aprovadas pela mesa diretora da próxima gestão do TJPE.

Elaboração de vídeos institucionais

A Coordenadoria da Infância e Juventude de Minas Gerais elaborou vídeo apresentando suas ações. O Desembargador Luiz Carlos teve acesso ao material na reunião do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude e apresentou para a equipe da CIJ/TJPE avaliar a possibilidade de fazer algo semelhante. Nesse sentido foram feitas tratativas com a ASCOM para analisar a viabilidade da execução. A ideia é produzir mais de um vídeo, apresentando não só as ações, mas também o CICA e a própria CIJ.

Banco de Talentos da Infância e Juventude

O objetivo é dar visibilidade as produções (acadêmicas, técnicas, gráficas, etc.) de magistrados e servidores referentes à infância e juventude. Será produzido um acervo, em meio virtual, disponibilizando os materiais por tema.

Protocolo de Ações SUAS/TJPE

Para dirimir problemas na relação entre Varas da Infância e Juventude e equipamentos da assistência social (CRAS e CREAS), no tocante a demanda por parte dos magistrados do trabalho pericial das equipes técnicas destes equipamentos, a CIJ pretende formular um Protocolo de Ações entre o Sistema Único de Assistência Social a nível estadual e o Tribunal de Justiça de Pernambuco. O objetivo é estabelecer parâmetros para requisições de serviços por parte do Judiciário aos profissionais/serviços da política de Assistência Social e definir ações conjuntas, a fim de evitar possíveis solicitações indevidas.

Treinamento às equipes de casas de acolhida – fortalecimento da medida de acolhimento institucional

Oferecer treinamento às equipes das Casas de Acolhida, buscando eliminar procedimentos equivocados durante a execução da medida de acolhimento.

GT FUNASE/TJPE

Diante da necessidade de ajustar alguns documentos relacionados a aplicação das medidas socioeducativas de internação e semi-liberdade por parte do TJPE e da FUNASE, se instituiu um Grupo de Trabalho entre as duas instituições para analisar e propor soluções para os problemas ocorridos na incompatibilidade entre o Provimento 03/2011 do TJPE e Portaria da FUNASE. Além dessa demanda imediata ficou estabelecido que esse GT encaminhará outras iniciativas condizentes com a relação entre as instituições.

Prestação de Serviço à Comunidade nas unidades do TJPE

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma série de medidas socioeducativas, dentre elas a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). A CIJ pretende que o TJPE seja um local disponível para a aplicação desta medida.

Incentivo ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

Inspirada em uma das boas práticas adotadas pelo TJMG, a Coordenadoria da Infância e Juventude pretende desenvolver ações de incentivo para estimular servidores e magistrados a efetuarem doações ao Fundo do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente. Tal estratégia tem por finalidade destinar recursos à promoção de políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente em nível estadual, a partir de doações devidamente comprovadas e dedutíveis do imposto de renda.

Planejamento Orçamentário da CIJ (elaboração de instrução de serviços)

A Coordenadoria da Infância e Juventude não dispõe de orçamento próprio, compõe o planejamento orçamentário dos setores estratégicos do TJPE. Todavia, não há uma obrigatoriedade desses setores de discriminar o que está direcionado à CIJ. Essa é uma realidade, inclusive, das coordenadorias de todo o país. Em contato com a COPLAN surgiu a ideia de elaborar uma instrução de serviços visando estabelecer parâmetros orçamentários próprios, além de tipificar o espólio material e de pessoal que atende as inúmeras demandas da matéria infante. Há a perspectiva, ainda, de estimular esse debate no âmbito do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude

tomando como referência o Provimento Nº 07/2010 do CNJ⁴ e a instrução de serviço que está sendo formulada.

EIXO II

DIRETRIZES

Para a gestão 2014/2015 a CIJ indicou cinco diretrizes para nortear as ações no período, foram elas a) dar continuidades as principais ações, programas e projetos; b) fortalecer e apoiar a estruturação das Varas de Infância e Juventude; c) alterações no COJE; d) fomentar a criação de Corregedoria Auxiliar ou indicação de um juiz auxiliar, no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ); e) fortalecer vínculos com setores estratégicos do TJPE.

No que se refere ao próximo biênio aponta-se para manutenção de algumas diretrizes e indicação de outras novas. Para a próxima gestão serão oito diretrizes que pode ser conferido adiante⁵:

I – Dar continuidade as principais ações, programas e projetos

II – Fortalecer e apoiar a estruturação das varas, bem como a melhoria da prestação jurisdicional

- Colaborar com a implantação do PJE nas varas de infância e juventude;
- Instalação de pelo menos três Varas Regionais;
- Cursos de qualificação aos magistrados e servidores das varas da infância e juventude;
- Nomeação de servidores;
- Ampliação do Acolher, Escola Legal, Depoimento Acolhedor e Conhecer Virtual para mais VIJ's;
- Audiências Concentradas no socioeducativo;
- Dentre outras.

III – Estreitar relação com as Varas da Infância

⁴ A título de exemplificação, o Artigo terceiro desse provimento preconiza: “A partir do ano de 2011, os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal deverão ter previsão expressa de verbas destinadas à manutenção e ao aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais, com sua aplicação efetiva”.

⁵ As enumerações das diretrizes não são de ordem hierárquica, tem por objetivo apenas referenciar o quantitativo.

- Manutenção do “Rede Online”;
- Evento valorizando as boas práticas das equipes e magistrados da infância e juventude;
- Dentre outras.

IV – Fortalecer vínculos com os setores estratégicos do TJPE

- Integração no planejamento e orçamento de setores estratégicos do TJPE (ASCOM, DEA, DIRIEST, SETIC);
- Participação nos mecanismos de gestão – COPLAN;
- Dentre outras.

V – Ampliar articulações externas e fortalecer as existentes

- ANGAAD/GEAD;
- Universidades: UFPE/UPE/UNICAP;
- FUNAI;
- CONDEPE/FIDEM;
- CEDCA;
- Poder executivo estadual;
- Sistema de Justiça;
- Conselheiros tutelares;
- Dentre outras.

VI – Promover os 10 anos da CIJ

- Evento comemorativo no mês de abril;
- Premiação estadual por boa prática na infância e juventude;
- Livro “10 anos da CIJ”;
- Vídeos institucionais;
- Dentre outras.

VII – Aprimorar as ferramentas do planejamento e gestão da CIJ

- Unificar instrumentais de monitoramento a nível operacional para ser aplicado pelos núcleos;
- Organizar planilha de monitoramento tático para acompanhamento em reuniões periódicas de monitoramento geral das ações da CIJ;

- Consultoria interna da COPLAN para contribuir no aperfeiçoamento das ações de gestão, do desenvolvimento dos projetos e no aprimoramento das ferramentas de planejamento estratégico na CIJ;
- Elaboração de um Plano de Metas e Indicadores em conjunto com os núcleos da CIJ;
- Controle de execução orçamentária identificando valores efetivamente aplicados;
- Dentre outras.

VIII – Fomentar a edição de normativo pela Corregedoria determinando aos juízes auxiliares a priorização no acompanhamento, fiscalização dos feitos da infância e juventude

Considerações Finais

O conjunto de ações e atividades apresentadas nesse relatório registra o trabalho desenvolvido na Coordenadoria da Infância e Juventude durante o ano de 2014 e 2015. As ações, em sua maioria, estão sendo desenvolvidas sem problemas na execução e as diretrizes foram cumpridas no que pôde ser alcançado. Os resultados apresentados demonstram avanços no trabalho da coordenadoria, com boas perspectivas para os próximos anos.

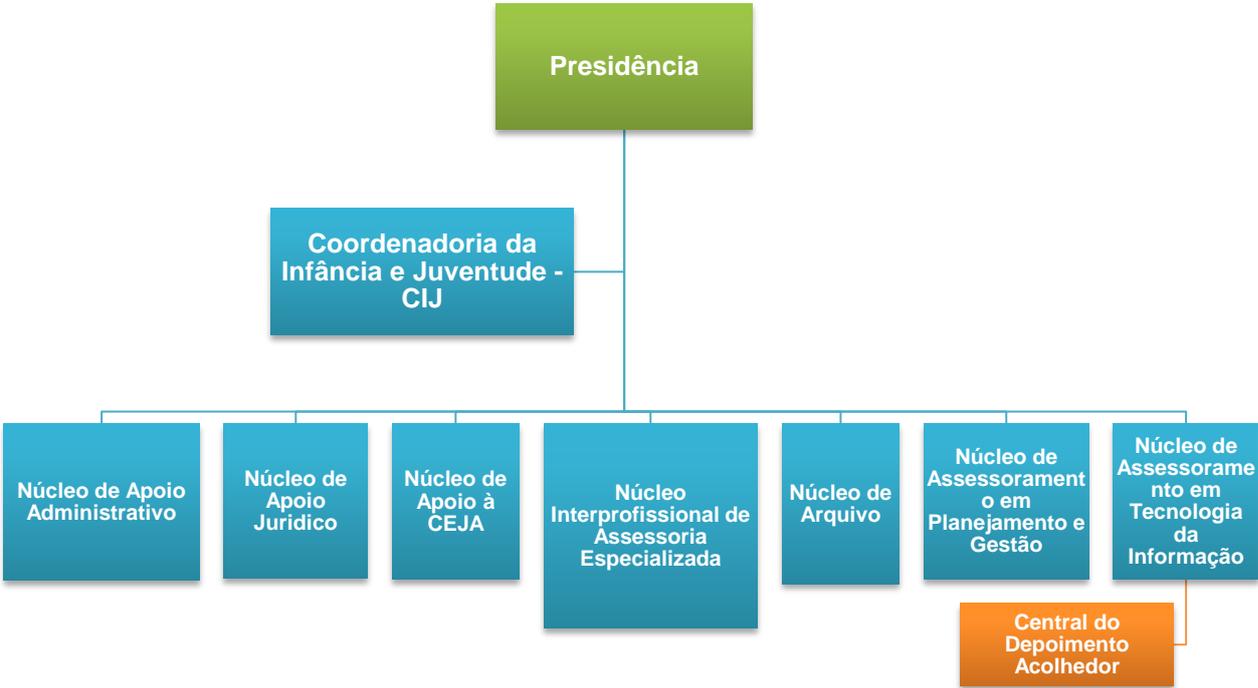
Boa parte dos objetivos projetados por esta gestão foram alcançados. Não obstante, reconhecemos a necessidade de continuar empreendendo os esforços necessários para dar continuidade ao trabalho da CIJ, o qual está demarcado pelo compromisso de garantir uma política judicial e uma prestação jurisdicional na área da infância e juventude com qualidade. O fortalecimento das equipes interprofissionais, a estruturação das Varas, criação de novas Varas Regionais, novas salas do Depoimento Acolhedor, dentre tantas outras ações, estão como horizonte para o trabalho da CIJ para a próxima gestão.

O trabalho articulado seja dentro do TJPE quanto com parceiros externos tem sido favorável ao desenvolvimento de várias ações. Entendemos que é na perspectiva do trabalho em rede que poderemos avançar conjuntamente todos os setores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

Anexos

I – Novo Organograma da CIJ

(inclusão do Núcleo de Apoio à CEJA, reformulação da nomenclatura de alguns núcleos e extinção do Núcleo de Comunicação Integrada)





Tribunal de Justiça de Pernambuco
PRAÇA DA REPÚBLICA S/N – SANTO ANTÔNIO – RECIFE-PE
CEP: 50010-040 – FONE (0XX81) 3419.3311



RUA JOÃO FERNANDES VIEIRA, 405 – BOA VISTA – RECIFE-PE
CEP 50050-200 – FONE (OXX81) 3181.5937